

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

CÍCERO LUIZ FONSECA

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: (RE) VISITANDO O
PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS
– MG (2013-2016)

Uberaba, MG

2018

CÍCERO LUIZ FONSECA

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: (RE) VISITANDO O
PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS
– MG (2013-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Processos educacionais e seus fundamentos

Uberaba, MG

2018

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Fonseca, Cícero Luiz.

F733e Educação empreendedora: (re) visitando o projeto jovens empreendedores com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Patos de Minas – MG (2013-2016) / Cícero Luiz Fonseca. – Uberaba, 2018.
77 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho.

1. Educação. 2. Educação – Empreendedorismo. 3. Escolas. I. Carvalho, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 370

Cícero Luiz Fonseca

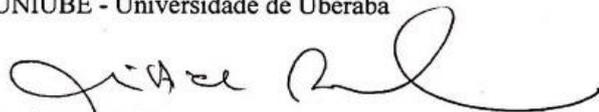
**EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: (RE) VISITANDO O PROJETO JOVENS
EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS
- MG (2013-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 29/08/2018

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Luciana Beatriz de Oliveira
Bar de Carvalho (Orientadora)
UNIUBE - Universidade de Uberaba


Prof.ª Dr.ª Cristiane Betanho
UFU - Universidade Federal de
Uberlândia


Prof.ª Dr.ª Renata Telxeira Junqueira
Freire
UNIUBE - Universidade de Uberaba

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Carlen Fonseca Gonçalves! Poderia escrever outra dissertação somente sobre ela. Mas quero destacar que, sem sua motivação e seu companheirismo, não teria realizado este sonho.

Aos meus pais, Paulo Luiz da Fonseca e Maria de Assis Fonseca, que sempre me incentivaram a estudar e lutar pelos meus objetivos. Obrigado pelo amor incondicional!

À minha irmã, Cíntia Fonseca Magalhães, e ao meu cunhado, Marcos Lúcio Magalhães, também pelo incentivo, troca de livros e discussões sobre educação.

Ao meu irmão, Daniel Victor de Sousa, pelo incentivo e apoio.

À minha outra família, Carlos Chilon Gonçalves, Maria José da Fonseca Gonçalves e Carlos Chilon Gonçalves Júnior, pelo apoio, carinho e compreensão durante esses dois anos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, nas palavras do mais famoso dicionário da língua portuguesa no Brasil, o Dicionário Aurélio, de autoria do imortal Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, significa mostrar-se grato por algo. Ao final desta jornada, não são poucas as pessoas a quem quero agradecer.

Deus, com todo o seu amor e misericórdia, escreve certo por linhas tortas, por assim dizer. Ele colocou no meu caminho cada pessoa que contribuiu nessa jornada. Sem isso não teria chegado aqui.

À minha orientadora, Dr.^a Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, primeiro por me aceitar como seu orientando, depois por compartilhar sua sabedoria e, por fim, principalmente pela sua paciência.

De modo geral, agradeço a todos os meus familiares e amigos, pelo suporte e compreensão.

Aos professores do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade de Uberaba que contribuíram para a minha formação, aos quais eu cumprimento em nome do professor Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.

“Apenas o sonhador que busca a realização do seu sonho é protagonista e autor da sua vida.” (DOLABELA, 2008, p. 34)

RESUMO

Esta pesquisa contempla a educação empreendedora e o projeto *Jovens Empreendedores* da Secretaria Municipal de Educação do município de Patos de Minas – MG (SEMED) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). O objetivo geral é investigar e avaliar o projeto como tema transversal no ensino fundamental da rede municipal de ensino na cidade de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, observando-se, a percepção e opinião dos indivíduos envolvidos no projeto: idealizadores, organizadores e, em especial, os alunos e diretores das escolas onde ele se desenvolve. Foi realizada uma revisão de literatura consultando-se teses, dissertações e artigos selecionados a partir do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Também foi utilizado o método de estudo de caso, por meio do qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada com profissionais que estiveram envolvidos com o projeto, a fim de capturar uma visão mais real dos impactos causados pelo projeto na escola, alunos e comunidade. Concluiu-se que o projeto *Jovens Empreendedores* no município de Patos de Minas – MG nas escolas municipais cumpre a proposta de capacitar os alunos do ensino fundamental para as necessidades da sociedade atual e o mundo do trabalho que se apresenta cada vez mais competitivo.

Palavras-chave: Educação Empreendedora. Escola. Parcerias Público-Privadas.

ABSTRACT

This study concerns entrepreneurship education and the *Young Entrepreneurs* project of Patos de Minas Secretariat of Education in partnership with the Brazilian Micro and Small Business Support Service (SEBRAE) and the University Center of Patos de Minas (UNIPAM). The main objective is to investigate and evaluate the project as a transversal theme by observing the perception and opinion of the individuals involved in it, namely, its founders, organizers, and especially the students and principals of the schools where it is developed. A literature review was performed by consulting theses, dissertations and articles selected from the Thesis and Dissertation Database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Scientific Electronic Library Online (SciELO). We also used the case study method through which a semi-structured interview with professionals who were involved with the project was applied in order to get an in-depth view of the impacts caused by the project on the school, students and the community. We concluded that the *Young Entrepreneurs* project in the municipality of Patos de Minas meets its goals when it comes to educating elementary school students for the needs of today's society and increasingly competitive market.

Key-words: Entrepreneurship Education. Transversal theme. Public-Private Partnerships.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEB – Anuário Estatístico Brasileiro
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESEC - Centro Estadual de Educação Continuada
COMINE – Congresso Mineiro de Empreendedorismo
EAD – Educação a Distância
FEPAM – Fundação Educacional de Patos de Minas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO – *International Standart Organization*
LDB – Lei de Diretrizes Básicas da Educação
MEC – Ministério da Educação
NIT – Núcleo de Inovação e Tecnologia
OCEANO – Centro de Empreendedorismo e Aceleração de Negócios
OHSAS - *Occupational Health and Safety Assessment Series*
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PPPs – Parceria Público-Privadas
PROFLIN - Exame de Proficiência em Língua Estrangeira e. Língua Portuguesa para Estrangeiros do Instituto de Letras e Linguística
SA - *Social Accountability*
SciELO – *Scientific Electronic Library Online*
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas
UNISA – Universidade de Santo Amaro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DESMISTIFICANDO A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: primeiras aproximações	16
1.1 Educação empreendedora	20
1.2 Cultura Empreendedora.....	24
1.3 Bases legais do empreendedorismo	28
2 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	33
2.1 Histórico e bases legais das Parcerias Público-Privadas	34
2.2 Parcerias Público-Privadas na Educação.....	38
3 PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES: limites e possibilidades.....	42
3.1 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	42
3.2 Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM	44
3.3 Projeto Jovens Empreendedores de Patos de Minas – MG	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	61
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REITOR DO UNIPAM	62
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO PROJETO NO UNIPAM	63
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PROJETO NA SEMED.....	64
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS DIRETORAS DAS ESCOLAS	66
APÊNDICE F – FOTO DO AUTOR NA FEIRA DO EMPREENDEDOR DE 2016.....	67
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIUBE	68
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DA SEMED PATOS DE MINAS – MG.....	72
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO UNIPAM	73
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA COM O PROFESSOR CÉLIO ADRIANO LOPES DO UNIPAM.....	74
ANEXO E – LEI ° 7390, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.....	75

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica é uma atividade ao mesmo tempo árdua e gratificante. Para realizá-la, há que se despertar no pesquisador o desejo e a motivação. A motivação para que esta pesquisa fosse desenvolvida veio de minhas influências familiares e acadêmicas, sobretudo de meu pai, empresário e empreendedor, que influenciou tanto minha irmã mais velha, Cíntia Fonseca Magalhães, e a mim na escolha do curso superior: ambos optamos por cursar Bacharelado em Administração.

Em 2004 iniciei a graduação no Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) e, ao longo de quatro anos, tive vários contatos com o tema empreendedorismo, especialmente por meio do Desafio SEBRAE e do Congresso Mineiro de Empreendedorismo (COMINE), dos quais tive a oportunidade de participar das primeiras edições. No último ano da graduação chegou o momento da elaboração da monografia e eu só pensava em desenvolver um plano de negócios para que, no futuro, quem sabe, abrisse o meu próprio negócio. Também nesse momento me vi atraído pelo tema empreendedorismo. Meu orientador, Elimar Silva Melo, mestre em Administração, foi o primeiro a me incentivar na busca pela área acadêmica como opção profissional, pois viu em mim o perfil de educador.

No ano seguinte à minha graduação, por insistência da minha irmã, iniciei a pós-graduação em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing, também no UNIPAM. Foi um período de grande aprendizado, com grandes mestres. Assim como na graduação, eu era um dos mais novos da turma. A dinâmica das aulas me impressionava, pois havia muitos estudos de casos e muitos trabalhos práticos. Durante a pós-graduação, o professor Edson Melo, doutor em Educação e Mestre em Administração, também me encorajou a ministrar aulas. Na época, busquei me informar sobre alguns mestrados, mas acabei deixando de lado devido a questões financeiras e de disponibilidade de tempo.

Em dezembro de 2009 surge, então, a oportunidade de ministrar aulas. Um amigo da época de ensino médio me informou sobre um processo seletivo para instrutor na área de Gestão no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). No dia 1º de fevereiro de 2010 comecei então minha trajetória como docente.

No SENAI, fiquei focado somente no estudo dos conteúdos que ministrava no curso de processos administrativos e nas disciplinas da área de gestão dos cursos técnicos: comunicação gerencial, gestão da qualidade, saúde e segurança do trabalho e desenvolvimento de projetos na área de empreendedorismo. Em 2013, entrei na pós-graduação à distância na área de Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente da

Universidade de Santo Amaro (UNISA). Ao mesmo tempo, ingressei no curso de Técnico em Eletrotécnica na própria unidade do SENAI onde trabalhava. Tanto no curso de Processos Administrativos quanto nos cursos técnicos, eu trato do tema empreendedorismo com os alunos, destacando sua importância para a inovação e promoção do autoemprego.

Pela instabilidade no meu emprego, provocada pela crise que se iniciou em 2014 no Brasil e incentivado pela minha esposa, Carlen Fonseca Gonçalves, que já ministrava aulas no ensino superior na faculdade em que estudamos – UNIPAM, decidi que estava na hora de buscar o ingresso na docência do ensino superior. Meu primeiro passo foi o Exame de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFLIN) do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Em dezembro de 2015, nosso padrinho de casamento, Fábio de Brito Gontijo, nos informou sobre o edital para o Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE, onde ele estudava. No início fiquei um pouco resistente por não ser na minha área. Todavia, mas mudei de ideia por não ter formação pedagógica. Seria, a meu ver, uma ótima oportunidade para ter uma formação mais completa como professor.

Após ser aprovado no processo seletivo, em 2016 iniciei o mestrado e conheci minha orientadora, a Profa. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, que me deixou à vontade para escolher um projeto da área educacional que tivesse alguma relação com a Administração, a fim de desenvolvermos a nossa pesquisa. Foi então que, com o apoio de minha orientadora, optei por investigar o projeto “Jovens Empreendedores”, que trabalha o tema empreendedorismo de maneira transversal com os alunos do sexto ao nono anos da rede municipal de ensino de Patos de Minas, Minas Gerais.

Dessa feita, o objetivo geral deste estudo foi estabelecido: investigar e avaliar o projeto de disseminação da cultura empreendedora por meio do programa “Jovens Empreendedores”, como tema transversal no ensino fundamental da rede municipal de ensino na cidade de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, observando-se, a percepção e opinião dos indivíduos envolvidos no projeto: idealizadores, organizadores e, em especial, os alunos e diretores das escolas onde ele se desenvolve.

Os objetivos específicos foram: a) descrever o projeto Jovens Empreendedores; b) apresentar o conteúdo proposto; c) identificar como o projeto funciona; d) investigar o porquê da inserção do empreendedorismo como tema transversal no ensino fundamental; e) verificar se há alguma avaliação do programa; f) investigar sua influência nos alunos e na comunidade.

A pesquisa busca mostrar que a educação empreendedora pode ser uma ferramenta pedagógica a utilizada de maneira interdisciplinar para complementar a grade curricular, formando um indivíduo mais preparado para transformar a sociedade em que está inserido, de maneira mais justa e igualitária. Ou seja, a educação empreendedora como metodologia de ensino para o desenvolvimento de comportamentos e características no sujeito para que este seja agente de transformação do meio em que está inserido, visando ao bem individual e coletivo.

A construção do estudo se deu a partir de análises do conceito de empreendedorismo, da educação empreendedora, das diretrizes da educação, do ambiente escolar e, também, de teóricos que refletem sobre comportamentos e características desenvolvidas em ambientes de aprendizagem.

Como a proposta envolve o Empreendedorismo, inicialmente buscamos a compreensão desse conceito e do quem vem a ser o indivíduo empreendedor em Druker (2015) e Chiavenato (2012). Ao falar sobre Educação Empreendedora, nos fundamentamos principalmente em Dolabela (2003, 2008) e em Lopes (2010).

A partir da compreensão desses conceitos iniciais, partimos para uma reflexão e diálogo sobre o empreendedorismo na escola. Para essa trajetória, consultamos autores como Moreira (1995), Apple (1989), Sodré (2012) e Cury (2001). Fizemos a leitura de documentos que definem as diretrizes e regulamentam a educação. Partimos inicialmente de uma referência macro, buscando-se o relatório para a UNESCO (1996) da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, e posteriormente a legislação brasileira sobre a educação. No âmbito federal, consultamos a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), a proposta de reforma do ensino médio, por meio da medida provisória 746 (BRASIL, 2016) e do projeto de lei n. 772 de 2015, do Senado Federal nº 772. No âmbito municipal da cidade de Patos de Minas, MG, consultamos a lei ordinária n. 7390 de 2016.

A integração e o diálogo dos teóricos e da legislação se faz importante para compreensão do tema no sentido de encontrar as relações entre o que propõe a educação empreendedora e a escola.

Depois disso, partimos para a compreensão do que é e como funciona as Parcerias Público-Privada (PPP), quais as leis que regulamentam essas parcerias, os seus benefícios para a sociedade e, principalmente, para a escola ao desenvolver essas parcerias. Por fim, apresentamos o projeto “Jovens Empreendedores”, refletindo sobre o que propõe o projeto.

Sobre a cultura empreendedora na escola, nos fundamentamos em Sacristán (2013), Schmidt e Dreher (2008), Carvalho (2006), documentos do SEBRAE (BRASIL, 2013, 2017), Andrade (2009). Já no tocante às Parcerias Público-Privadas, buscamos aporte teórico em autores como Di Pietro (2017); Oliveira e Oliveira Filho (2013). Sobre o projeto Jovens Empreendedores, utilizamos de documentos internos do SEBRAE, da prefeitura municipal de Patos de Minas e do UNIPAM.

Para desenvolver esta pesquisa e atingir os seus objetivos, propusemos a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa busca mostrar a complexidade e originalidade das relações interpessoais e sociais, ou seja, mostrar a relação entre o mundo real e o sujeito, aspectos subjetivos inerentes a essa relação, portanto não sendo expostos por dados ou estatísticos como na pesquisa quantitativa.

Essa técnica de pesquisa exige uma maior participação e capacidade do pesquisador para interpretar, compreender e explicar a complexidade das relações humanas e os seus significados, pois ele é parte integrante do processo de conhecimento (CHIZZOTTI, 2010).

Ademais, foi realizada uma revisão de literatura consultando-se teses, dissertações e artigos selecionados a partir do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Primeiramente foi feito um filtro de busca do tema empreendedorismo na área da educação, e posteriormente, o filtro da educação empreendedora nas diversas áreas do conhecimento e na educação. Foi constatado que tanto o empreendedorismo quanto a educação empreendedora são pesquisados nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como: Direito, Engenharia e Psicologia, embora a quantidade de pesquisa seja ainda muito pequena. Quando analisado o tema educação empreendedora, dentro da área do conhecimento da educação, a quantidade de pesquisa científica reduz se bastante: relacionando-se o tema com a educação básica encontra-se apenas uma dissertação (MORAIS, 2009).

Também foi utilizado o método de estudo de caso, por meio do qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada com profissionais que estiveram envolvidos com o projeto, a fim de capturar uma visão mais real dos impactos causados pelo projeto na escola, alunos e comunidade. O objetivo foi buscar identificar as impressões e opiniões dos profissionais envolvidos no projeto.

O recorte temporal para a pesquisa foi determinado em função do período do projeto “Jovens Empreendedores”. O referido projeto foi implementado em 2013, portanto foi definido como início do recorte temporal o ano de 2010, portanto quatro anos antes do início

do projeto para que fosse possível avaliar o que já tinha de pesquisa sobre o tema educação empreendedora. O ano final do recorte temporal é 2016, pois é o ano em que se realizou esta pesquisa.

Outro fator levado em consideração para a definição do recorte temporal é que no início dos anos 2000, houve muitas iniciativas para a introdução do empreendedorismo no contexto escolar, muitas delas patrocinadas pelo SEBRAE; todavia, a maioria tinha caráter experimental e não houve continuidade dos processos.

Organização desta dissertação

A dissertação está dividida em três capítulos:

Descrevemos, no primeiro capítulo, conceitos de empreendedorismo, de cultura empreendedora e educação empreendedora.

No segundo capítulo, apresenta-se a descrição dos conceitos e concepções legais acerca das Parcerias Público-Privadas, uma nova forma de desenvolvimentos de atividades e prestação de serviços para as comunidades em áreas em que os órgãos públicos não têm expertise ou *know-how*.

Por fim, no terceiro capítulo, realizamos a descrição, análise e discussão sobre o projeto Jovens Empreendedores na cidade de Patos de Minas – MG. Observamos como foi aplicada a educação empreendedora dentro da escola e quais os seus impactos nos indivíduos envolvidos neste processo.

Este trabalho objetiva contribuir para uma melhor compreensão, por parte dos educadores e de quem se fizer interessado sobre a inserção da cultura empreendedora na escola, por meio do ensino do empreendedorismo no ensino fundamental como um conteúdo transversal.

1 DESMISTIFICANDO A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: primeiras aproximações

Este primeiro capítulo destina-se a conceituar e contextualizar a educação empreendedora no contexto brasileiro. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica de autores como Dolabela (2003), que há muitos anos pesquisa e é incentivador do ensino do empreendedorismo no Brasil. Também foram consultados artigos sobre a temática. Assim, apresenta-se o conceito e histórico do empreendedorismo no cenário brasileiro e sua inserção na educação básica, que é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme define o inciso I, do art. 21 da LDB (BRASIL, 1996). Como dissemos na introdução, a educação empreendedora tem o objetivo de formar o empreendedor, sujeito dotado de capacidades para a transformação política, econômica e social da sociedade onde está inserido.

Nessa perspectiva, a escola tem um papel fundamental na formação do cidadão para a vida em sociedade e para o trabalho. Ademais, tem o propósito de formar o cidadão para o saber, para sua autonomia e para o pensamento crítico. Nesse sentido, Lopes (2010) destaca a importância da introdução da educação empreendedora no ensino fundamental, para que os alunos estejam melhor preparados para enfrentar os desafios do mundo moderno, que podem ser o relacionamento interpessoal, a competitividade do mercado de trabalho, a geração de renda para suprir suas necessidades e a melhora da sua qualidade de vida.

De tempos em tempos, a sociedade moderna passa por crises econômicas e políticas que, na maioria das vezes, geram desemprego, aumento da desigualdade social, entre outros problemas. Sendo o mercado de trabalho hoje extremamente competitivo, mesmo os profissionais com diploma do ensino superior têm dificuldades de encontrar emprego. Desse modo, uma das saídas para os jovens terem sucesso e realização profissional pode ser o empreendedorismo. Segundo Lopes (2010),

A experiência acumulada revela que quanto mais cedo se inicia a educação empreendedora, [...] significa ter mais chances de favorecer o desenvolvimento de uma série de competências que farão com que os alunos estejam mais bem preparados para os desafios da sociedade pós-moderna, em especial com a possibilidade de gerar a própria renda/trabalho, deixando de ser dependentes de terceiros. (LOPES, 2010, p. 46-47).

Para entender melhor do que se trata essa educação empreendedora, se faz necessário primeiramente o entendimento do termo educação. Conforme Lopes (2010, p.1) “a educação é discutida como a forma pela qual o homem se faz homem, sendo, portanto, processo

fundamental de transmissão cultural e estrutural do ser humano”, para o desenvolvimento do sujeito e construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Sodré (2012, p.15), educação é “o processo de incorporação intelectual e afetiva, pelos indivíduos, dos princípios e das forças que estruturam (...) uma formação social”.

Na visão de Sodré, a educação é um processo essencial para a incorporação do indivíduo à sociedade. Assim, a importância da educação é indiscutível. O que há que discutir é como ela deve ocorrer, quais metodologias devem ser usadas, quais conteúdos devem ser ensinados, como deve ser feita a avaliação. Dentro desse contexto surge a educação empreendedora, como mais uma proposta educativa, dentre tantas outras que existem na escola para atingir os objetivos educacionais.

Grande parte dos educadores, ao ouvirem a expressão educação empreendedora, ou empreendedorismo, já criam um receio ou até mesmo um pré-conceito sobre o assunto, associando-o ao capitalismo e neoliberalismo econômico, assim como propagação de críticas infundadas (LOPES, 2010). Mas o que se pode perceber ao analisar os estudiosos da educação, e o que propõe a educação formal, tradicional e a educação empreendedora, é que todas essas propostas objetivam a formação do sujeito.

De acordo com o art. 2 da LDB (BRASIL, 1996), a “educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já Dolabela (2003, p. 22) diz que a ação empreendedora é “caracterizada desde sempre pela capacidade de gerar novos conhecimentos a partir de uma base de experiência de vida do indivíduo”. O estudioso acrescenta que o empreendedor, indivíduo propulsor da ação empreendedora, precisa enxergar o mundo de maneira diferente, que somente o olhar diferenciado do indivíduo sobre o mundo o fará inovar e desenvolver-se.

Tanto os autores quanto a LDB falam de inovação, ideias, sobre a necessidade de reflexão sobre o mundo e da construção do conhecimento com base na percepção e reflexão do meio onde o sujeito está inserido, o que mostra o alinhamento dos objetivos da educação para ambos.

Nessa linha de pensamento, a reflexão e compreensão do mundo pelo sujeito é um pressuposto para que se compreenda a formação do comportamento empreendedor e, principalmente, do empreendedorismo coletivo, que, segundo Dolabela (2003), é aquele que

Tenta provocar mudanças que conduza à sustentabilidade, à autossuficiência, ou seja, seu trabalho busca tornar dinâmicas as potencialidades da comunidade, criando condições, para que os seus membros sejam

protagonistas, através de redes de cooperação internas e externas, na construção do seu próprio desenvolvimento (DOLABELA, 2003, p. 48).

Dolabela destaca que o sujeito tem que se desenvolver por meio da interação com o outro e com a sua comunidade. A educação empreendedora de Dolabela também busca o desenvolvimento do sujeito para que ele mesmo seja o provedor da sua renda. Lopes (2010) resume bem essa ligação da educação formal e da educação empreendedora. Segundo ela, se considerarmos o conceito de empreendedor ou ação empreendedora de maneira ampla, qualquer atividade educativa que visa ao desenvolvimento social pode ser uma atividade empreendedora. Todavia, ela salienta que a visão sobre a educação empreendedora por parte dos educadores ainda é uma associação clara a criação e exploração financeira de um negócio.

Antes de nos aprofundarmos no tema da educação empreendedora, vamos discorrer a respeito do conceito e das origens do termo empreendedorismo.

Nesse sentido, para Baron e Shane (2011), definições são sempre traiçoeiras e para um tema como empreendedorismo a tarefa de defini-lo se torna ainda mais complexa. Segundo os autores, não existe um consenso quanto à definição do empreendedorismo como uma área de estudos dos negócios ou como uma atividade em que as pessoas se envolvem.

Ainda assim, de acordo com Baron e Shane (2011, p. 6), o empreendedorismo é uma atividade executada por indivíduos específicos, envolvendo ações-chave como a identificação de oportunidades e as atividades envolvidas na exploração ou no desenvolvimento real dessas oportunidades. Ainda segundo esses autores, o empreendedorismo requer a criação ou o reconhecimento de uma aplicação comercial para algo novo. Portanto, simplesmente criar um novo produto, serviço ou método de trabalho não é empreendedorismo. Para que seja considerado empreendedorismo, a criação ou inovação tem que ter aplicabilidade.

Considerado o pai da administração moderna, Drucker (2010) também concorda com Baron e Shane (2011) no que se refere às divergências do conceito de empreendedorismo. Drucker define o empreendedorismo não como ciência, mas como uma prática, ou seja, um comportamento que desencadeia um processo no qual o indivíduo age de forma criativa e inovadora, seja através da introdução de novos produtos e serviços, criação ou modificação de processos, métodos e formas de organização, seja através da exploração de novos recursos e materiais.

Filion (1999), por sua vez, destaca sua percepção acerca da ampliação do conceito de empreendedorismo ao longo do tempo. Para ele,

O empreendedorismo foi identificado pelos economistas, em um primeiro momento, como um elemento útil à compreensão do desenvolvimento.

Subsequentemente os comportamentalistas tentaram entender o empreendedorismo como pessoa. Atualmente, o campo está em processo de expansão para quase todas as disciplinas das ciências humanas (FILION, 1999, p. 21).

Como pode-se perceber o conceito de empreendedorismo sempre remete aos atos e comportamentos do sujeito, definido como empreendedor, não sendo possível definir empreendedorismo sem mencioná-los. Outro ponto que chama a atenção nos diversos conceitos de empreendedorismo é o fato de que ao longo do tempo ele foi se ampliando, passando de uma ótica de apenas negócios e incorporando uma ótica mais coletiva, voltada para a sociedade.

Para Dolabela (2008, p. 61), “o empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade”. Para cumprir o seu papel, o empreendedorismo precisa do seu ator principal, o empreendedor, entendido como as pessoas que desenvolvem essas atitudes e comportamentos.

Segundo Chiavenato (2012, p. 3) “o empreendedor é a pessoa que inicia e/ou dinamiza um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente”. Segundo esse autor, o termo “empreendedor” é derivado do francês *entrepreneur*, que significa aquele que assume riscos e começa algo inteiramente novo.

Dolabela (2003), por sua vez, traz um conceito menos capitalista e mais humano do ato de empreender. Segundo ele, ser empreendedor é muito mais do que somente criar e inovar através da introdução de novos produtos, serviços e processos:

Empreender significa modificar a realidade para dela obter a auto realização e oferecer valores positivos para a coletividade. Significa engendrar formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de ideias, conhecimentos, teoria, artes e filosofia. (DOLABELA, 2003, p. 29).

Segundo Dornelas (2016), há três aspectos básicos do empreendedor: iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz, utilização dos recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico no qual vive, aceite de riscos calculados e a possibilidade de fracassar (DORNELAS, 2016, p. 29).

Dolabela (2003), por sua vez, identifica várias características e comportamentos nos empreendedores de sucesso: perseverança, iniciativa, criatividade, rebeldia a padrões impostos, comprometimento, liderança, orientação para o futuro, entre outras.

Ainda segundo Dornelas (2016), as habilidades do empreendedor podem ser divididas em três: técnicas, gerenciais e características pessoais, sendo elas compostas dos seguintes saberes e comportamentos:

As habilidades técnicas envolvem saber escrever, saber ouvir as pessoas e captar informações, ser um bom orador, ser organizado, saber liderar e trabalhar em equipe e possuir *know-how* técnico na área de atuação. As habilidades gerenciais incluem as áreas envolvidas na criação, desenvolvimento e gerenciamento de uma nova empresa: *marketing*, administração, finanças, operacional, produção, tomada de decisão, controle das ações da empresa e ser um bom negociador. Algumas características pessoais já foram abordadas anteriormente e incluem: ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ser orientado a mudanças, ser persistente e ser um líder visionário (DORNELAS, 2016, p. 30).

O desenvolvimento dessas competências e habilidades se fazem necessárias para que o sujeito esteja preparado para enfrentar as dificuldades do mundo moderno, ser o gerador da sua própria renda e, acima de tudo, um agente de transformação social, econômica e política, como propõe a educação empreendedora, tratada no próximo tópico.

1.1 Educação empreendedora

O ensino do empreendedorismo tem o início nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, na virada da década de 1940 para 1950, inicialmente nos cursos de Administração. Em 1947, a universidade de Harvard ofereceu o primeiro curso de empreendedorismo. Posteriormente, em 1953, o considerado “pai” da administração moderna, Peter Drucker, iniciou um curso de empreendedorismo na Universidade de Nova York, focado na administração de pequenos negócios e inovação.

Na década de 1970 já existiam mais de 100 cursos espalhados pelas universidades americanas. Nos anos 2000, esse número já ultrapassava 1.400 (LOPES, 2010). O autor atribui essa expansão do ensino do empreendedorismo à sua relevância para “a geração de renda e para a sociedade” LOPES (2010, p. 7).

Logo o empreendedorismo chegou aos países em desenvolvimento, como o Brasil e, conforme destaca Dornelas (2016),

(...) os exemplos e casos de sucesso têm sido cada vez mais frequentes, haja vista o empreendedorismo ter se disseminado rapidamente como disciplina, forma de agir, opção profissional e instrumento de desenvolvimento econômico e social. DORNELAS (2016, p. 10).

No Brasil, o ensino do empreendedorismo tem início nos anos de 1980, um período histórico brasileiro muito conturbado em todos os cenários: político, econômico, social, educação, entre outros. O período da ditadura militar (1964-1985) foi marcado pelo autoritarismo e a repressão de diversos setores da sociedade civil e instituições sociais, como sindicatos de trabalhadores, imprensa, instituições de ensino e entidades estudantis.

No início dos anos 1980, houve o aumento da pressão da população pelo fim da ditadura, o que levou ao surgimento do movimento “Diretas já”, que exigia as eleições dos governantes do país pelo povo. Por fim, em 1985 ocorreu a transferência de poder dos militares para os civis, período chamado de redemocratização. Nessa década também se destaca a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, que provocou profundas mudanças de ordem política, econômica e social, refletindo também na educação.

Com a Constituição Federal de 1988, foram definidas as responsabilidades e aportes de cada esfera de governo em relação à educação, tanto básica quanto superior e também assegurado o direito de todos os brasileiros ao acesso à educação.

No que se refere especificamente ao ensino do empreendedorismo, em 1981 ocorreu o primeiro curso no Brasil, voltado para pessoas com formação superior, focado na criação de negócios, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas – FGV (LOPES, 2010). Em 1984, a Universidade de São Paulo (USP) introduziu o empreendedorismo no curso de graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), por meio da disciplina de criação de empresas. No mesmo ano, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), inseriu essa mesma disciplina no curso de graduação em Ciências da Computação (DOLABELA, 2008).

Dolabela (2008) apresenta um panorama da expansão da educação empreendedora na década de 1990, quando o estudo e ensino do empreendedorismo se propagou por todo o ensino superior do Brasil, tendo como principais iniciativas: em 1990, a criação do GEPE– Grupo de Estudos da Pequena Empresa, no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do qual foram cursos ministrados por professores estrangeiros liderados pelo canadense Louis Jacques Filion, que fundamentou a metodologia de ensino do empreendedorismo utilizada no Brasil até os dias de hoje.

Em 1992, a criação da Escola de novos Empreendedores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aprofundou os estudos do empreendedorismo e desenvolvimento de projetos em parceria com outras universidades e instituições internacionais. Também em 1992 chega ao Brasil o EMPRETEC, curso da Organização das Nações Unidas (ONU) voltado para o desenvolvimento das atitudes empreendedoras e ferramentas de gestão de pequenos

negócios, evento este aberto para pessoas com qualquer formação profissional e nível de instrução. Em 1993 é firmou-se uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para que essa instituição ministrasse e disseminasse o curso no país, levando para todos os estados brasileiros esta metodologia.

O ano de 1996 foi considerado por Dolabela (2008) como um marco no ensino do empreendedorismo no Brasil. O Programa Softex, criado pelo CNPq em 1992 e gerido pela Sociedade Softex, a partir de 1997, implementou um projeto de incubação universitária com o intuito de dar suporte e consultoria para empresas nascentes. Além disso, o Softex também criou o projeto Softstart, voltado para o ensino do empreendedorismo. No ano de 1997, o Instituto Evaldo Lodi (IEL) – MG, juntamente com o SEBRAE-MG, criaram a Rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo (REUNE).

Como descrito, inicialmente a educação empreendedora surgiu no Brasil como um curso para graduados em Administração. Posteriormente, foi inserida como disciplina em cursos superiores e, nos anos de 1990, passou a ser objeto de pesquisa, havendo a criação de centros de estudos e formação de empreendedores e, por fim, o empreendedorismo passou a fazer parte da formação superior em praticamente todo o Brasil.

Já no tocante à educação básica, principalmente, no que se refere ao ensino fundamental, a educação empreendedora é um assunto novo, que ainda assusta e causa receio na maioria dos educadores.

O SEBRAE desenvolveu, no início da década de 2000, o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), direcionado para o ensino fundamental. O programa, de acordo com o SEBRAE (2017), teve por objetivo apresentar gradualmente aos alunos o conteúdo de empreendedorismo a partir do primeiro ano. Para isso, desenvolveu um conteúdo específico para cada ano do ensino fundamental e também um curso de capacitação dos professores que, em sua grande parte, não tem formação na área de negócios.

Uma das primeiras experiências da educação empreendedora na educação básica que se pode citar é a que ainda ocorre na cidade de São José dos Campos – SP. As ações de educação empreendedora se iniciaram em 1999 com a criação do projeto Profissional do Futuro. Nele, os alunos da rede municipal de ensino participavam de um curso de 80 horas em que desenvolviam as competências empreendedoras. No ano 2000, teve início a Feira do Jovem Empreendedor Joseense, direcionada aos alunos do sétimo ao nono ano: após uma seleção dentro de cada escola, os melhores projetos desenvolvidos pelos alunos são então expostos para a comunidade. A fim de tornar a educação empreendedora parte contínua do processo de da formação dos jovens da cidade, no ano de 2002, o Conselho Municipal de

Educação, por meio da Resolução CME n.03/02, incluiu os projetos de educação empreendedora no currículo das escolas municipais da cidade (LOPES, 2010).

Como já dito nesta dissertação, quando se fala em empreendedorismo ou educação empreendedora no meio educacional, muitos profissionais da área têm receio ou pré-conceito sobre o tema, acreditando ser mais uma ferramenta da cultura dominante. Porém, o que se percebe ao analisar o histórico do ensino do tema é a grande participação de instituições públicas, como as universidades federais, na introdução e disseminação do ensino do empreendedorismo no Brasil, principalmente a partir do fim da ditadura e do início da redemocratização do país. Portanto, isso demonstra a importância e relevância que a educação empreendedora adquiriu ao longo dos anos na contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.

Ainda nessa perspectiva, há que destacar dois tipos de empreendedorismo: por necessidade e por oportunidade. O empreendedorismo por necessidade ocorre quando a pessoa não tem perspectiva de um emprego melhor e necessita aumentar a sua renda ou principalmente quando ela perde o seu emprego, decidindo abrir o negócio próprio em busca do chamado “autoemprego”. Já empreendedorismo por oportunidade é aquele em que a pessoa identifica uma oportunidade de mercado e idealiza, desenvolve e planeja com calma um negócio para explorá-lo, mesmo tendo um bom emprego ou outras opções de melhores empregos (GRECO, 2017).

A taxa de empreendedorismo por oportunidade em 2016 no Brasil foi de 57%, isso em relação ao total da taxa de atividade empreendedora em estágio inicial (TEA) (GRECO, 2017). Em países impulsionados pela inovação e criatividade, essa taxa é mais elevada e, em geral, tais países apresentam maior desenvolvimento socioeconômico. Todavia, o que merece destaque e atenção é o alto percentual de empreendedorismo por necessidade, que no Brasil foi registrado em 43% (GRECO, 2017). Nesse sentido, há que se destacar que os negócios desenvolvidos pelo empreendedorismo por necessidade têm chances muito maiores de não irem adiante, pois na maioria das vezes são implementados sem planejamento, pesquisa e com poucos recursos. o que torna a sua competitividade mais baixa.

Ainda segundo o GEM (2016), 19,5% dos empreendedores brasileiros apresentam alguma escolaridade, 20,4% apresentam ensino médio completo, 14,4% possuem escolaridade pós-ensino-médio e 22,9% alguma experiência de pós-graduação. Isso mostra que é primordial a discussão e inclusão do empreendedorismo na educação básica (ensino fundamental e médio), visto que a maioria dos empreendedores no Brasil possui baixa escolaridade.

Ademais, apesar de 22,9% dos empreendedores terem pós-graduação apenas, 13,1% dos brasileiros com idade acima de 25 anos possuem o ensino superior completo, ou seja, o número de brasileiros com baixa escolaridade envolvidos em atividades empreendedoras é muito grande, o que diminui bastante as chances de manutenção e sucesso dos empreendimentos (GRECO, 2017).

Andrade (2009) acredita que a introdução do empreendedorismo nas instituições educacionais pode formar cidadãos capazes de desenvolver o máximo das suas capacidades e habilidade profissionais para criar soluções que trarão benefícios para todos. Em suas palavras, a educação empreendedora

(...) significa uma visão de mundo e de vida, um compromisso político de todo cidadão com a nação e o planeta. As instituições educacionais podem colaborar na solução dessas dificuldades socioeconômicas, preparando pessoas para empreender, gerar empregos, criar riquezas para o país (ANDRADE, 2009, p. 12).

Sendo o Brasil um país ainda em desenvolvimento, é necessário buscar políticas públicas, ações e práticas implementadas em países desenvolvidos na formação dos seus cidadãos, para que sejam adaptadas à nossa realidade e cultura, de forma que contribuam para melhorar a sociedade. Uma dessas ações, em nosso entendimento, é a disseminação do empreendedorismo por meio da formação do indivíduo empreendedor.

1.2 Cultura Empreendedora

Para compreender a educação empreendedora é preciso entender que ela se baseia não somente no ensino de conceitos, comportamentos, atitudes e práticas, mas também na criação da cultura empreendedora. Quando se questiona as pessoas sobre o conceito de cultura, ouvem-se várias respostas; entre elas pode-se destacar o senso comum de que cultura é o conjunto de elementos como música, costumes, hábitos, modo de se vestir, rituais e religião, entre outros aspectos característicos de uma determinada sociedade.

Ao longo do tempo surgem várias definições para Cultura. Metcalf (2015, p. 3) revela que “podemos definir cultura como todas as coisas que são plantadas em uma criança pelos mais velhos e companheiros à medida que ela vai crescendo – tudo, desde maneiras à mesa até religião”. Já o renomado antropólogo Franz Boas define cultura da seguinte maneira como

(...) a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam a conduta dos indivíduos que compõem um grupo social, coletiva e individualmente, em relação ao seu ambiente natural, a outros grupos, a membros do mesmo grupo e de cada indivíduo para consigo mesmo. Também inclui os produtos destas atividades e sua função na vida dos grupos (BOAS, 2008, p. 113).

Dessa feita, compreende-se que a cultura é composta de vários elementos que se influenciam mutuamente e estão em constante modificação, pois as relações, condutas, atividades e ambientes em que os indivíduos estão inseridos não param de se transformar. Segundo Malinowski (1968),

Quer consideremos uma cultura muito simples ou primitiva, ou uma extremamente complexa e desenvolvida, deparamo-nos com uma vasta aparelhagem, em parte material e em parte humana, em parte espiritual, com ajuda da qual o homem é capaz de lidar com os problemas concretos específicos com que se defronta (MALINOWSKI, p. 26).

A afirmação de Malinowski mostra que estudar e compreender a cultura não é uma tarefa fácil, pois os aspectos culturais de uma sociedade são diversos, os seres humanos são diferentes e, assim, dentro de uma sociedade coexistem diversas culturas. Para analisar e compreender a cultura de uma sociedade, a sua descrição não pode, de acordo com Geertz (2013, p.13), “repousar na rigidez ou segurança com que é argumentada”, pois, segundo ele, a construção de representações impecáveis de ordem formal contribui para desacreditar a análise cultural.

Para analisar todo esse processo cultural, a antropologia usa da etnografia e observação para fazer a descrição detalhada da cultura de uma determinada sociedade e interpretá-la, o que, para Geertz (2013, p.7), é “escolher as estruturas de significação [...] e determinar a sua base social e sua importância”. Isso significa que, ao estudar qualquer processo cultural, você deve identificar as bases sociais daquela sociedade para compreendê-la. Nessa direção, o estudo da diversidade cultural pode, segundo Boas (2004):

Revelar as condições ambientais que criaram ou modificaram os elementos culturais; esclarecer fatores psicológicos que atuaram na configuração da cultura; ou nos mostrar os efeitos que as conexões históricas tiveram sobre o desenvolvimento da cultura (BOAS, 2004, p. 34).

Portanto, por mais que os processos culturais sejam semelhantes, eles podem ter origens e resultados diferentes de acordo com as bases da sociedade em que eles ocorrem.

Trazendo um conceito que aproxima mais a cultura da educação, Lopes e Macedo (2011, p. 184) dizem que “a principal função da escola é a socialização dos sujeitos, tornando-os capazes de partilhar a cultura, uma mesma cultura”.

Essa afirmativa mostra a importância da escola como instituição de uma determinada cultura. Contudo, deve-se levar em consideração que após analisar os conceitos de cultura, pode-se concluir que a escola é uma instituição possuidora de cultura própria, afinal, mesmo tendo que comprimir diretrizes definidas pelo Ministério da Educação, elas gozam de certa autonomia com relação aos seus processos educacionais, o que faz com que elas se diferenciem umas das outras. Assim, a escola é ao mesmo tempo reflexo da cultura de uma sociedade, produtora de cultura e portadora de cultura própria:

A educação tem como finalidade promover mudanças desejáveis e estáveis nos indivíduos; mudanças que favoreçam o desenvolvimento integral do Homem e da sociedade. Ora, não havendo educação que não esteja imersa na cultura e, particularmente, no momento histórico em que se situa, não se podem conceber experiências pedagógicas e metodologias organizativas, promotoras dessas modificações, de modo “desculturalizado” (CARVALHO, 2006, p. 3).

Para Dolabela (2003, p. 31) “educar quer dizer evoluir sem mudar nossas raízes; pelo contrário, reconhecendo e ampliando as energias que dela emanam”, ou seja, para Dolabela, a educação não apenas considera os aspectos culturais do sujeito, ela também os valoriza.

Para todo ambiente de ensino é necessário que se tenha um ambiente propício para isso. Com a educação empreendedora não é diferente: criar um ambiente de aprendizado empreendedor e, principalmente uma cultura local, ou seja, um local que leva em consideração as crenças, valores e atitudes da população local, voltado para o desenvolvimento do comportamento empreendedor, é uma das premissas defendidas por Dolabela (2008) no processo de educação empreendedora. Segundo Schmidt e Dreher (2008), a cultura empreendedora é

Caracterizada pela concentração de duas ou mais formas de empreendedorismo, como o perfil empreendedor e ações de empreendedorismo coletivo, o que a torna capaz de mudar ou transformar a realidade de determinada região (SCHMIDT; DREHER, 2008, p. 1).

Um ambiente que crie condições de aprendizagem, proporcionado ao indivíduo vivenciar duas ou mais atividades e ações de empreendedorismo, se caracteriza como um ambiente que dissemina a cultura empreendedora. A cultura empreendedora busca também

transformar o pensamento e as atitudes do indivíduo para que ele tenha uma consciência coletiva, visando ao bem da comunidade em que está inserido.

O conjunto de elementos que compõe a cultura empreendedora são ações que promovem o desenvolvimento do indivíduo, fazendo-o pensar e agir diferente do sistema que lhe é imposto (DOLABELA, 2003). A fala de Schmidt e Dreher associa diretamente a cultura empreendedora e a escola, pois é sabido que a escola é um ambiente de transformação do indivíduo: o empreendedorismo propõe um ensino em que o educando seja leitor e autor, ou seja, o empreendedorismo através da cultura empreendedora busca empoderar o indivíduo para que ele seja criador de oportunidades e agente de transformação político, econômico e social.

Há que se destacar, conforme já dissemos, que o ensino do empreendedorismo não visa apenas à criação de um empreendimento voltado para a exploração de um negócio com o objetivo de obter lucro; ele busca, também, desenvolver atitudes e habilidades para que o indivíduo seja um agente de transformação da sua vida e do ambiente ao seu redor. Quando suas atitudes e habilidades não são aplicadas na criação e exploração de um negócio, elas podem ser aplicadas no empreendedorismo social, empreendedorismo coletivo e intra-empendedorismo, que não serão abordados adiante neste trabalho.

Atentemo-nos, novamente, ao art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96): a “educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Assim, há uma sinergia entre o que propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o que propõe a cultura empreendedora na formação do indivíduo-aluno e do indivíduo-empendedor, ou seja, promover o saber, os valores e as ferramentas a fim de que sejam criativos, críticos e não aceitem modelos prontos, estando aptos a fazer diferente e melhor, gerando renda e transformando a sociedade.

Assim, conforme assevera Dolabela (2003), é preciso que o sistema educacional brasileiro se abra para outros conteúdos além dos técnicos e científicos, como conteúdos criativos e não padronizados, que, sua visão do autor, são indispensáveis no processo de transformação dos conhecimentos técnicos e científicos em riqueza social. Nesse sentido, nunca foi tão essencial adquirir habilidades e competências como: adaptação, flexibilidade, persistência, criatividade e inovação para se manter empregado, competitivo e melhor a qualidade de vida. Tornar o currículo mais aberto a mediação de conteúdos que não sejam

técnicos e científicos, como o empreendedorismo, se faz necessário para que os indivíduos possam lidar com os problemas e dificuldades da atualidade.

Entre as ações que podem ser implementadas nas escolas para que o conhecimento e o saber juntamente com os aspectos culturais sejam combustível para a transformação social, política e econômica, para preparar crianças e jovens para a sociedade moderna, está a educação empreendedora. Nas palavras de Dolabela (2003):

Desenvolver uma educação empreendedora no Brasil significa reconhecer nossa diversidade cultural, que nos enriquece como povo e nação, acreditar na nossa capacidade de protagonizar os nossos sonhos e construir o nosso futuro. Significa aumentar a nossa autoestima, a capacidade e o hábito cotidiano de nos indignar diante das iniquidades sociais (DOLABELA, 2003, p. 31).

As ideias de Dolabela desmistificam a preconceito existente em boa parte dos educadores de que o empreendedorismo é mais uma ferramenta de dominação das classes dominantes. Fazendo uso novamente das palavras de Dolabela (2003, p. 31), a cultura empreendedora busca “substituir a lógica do utilitarismo e individualismo pela construção do humano, do social, da qualidade de vida para todos”. Dessa maneira, a educação empreendedora se mostra como a criação de um ambiente que proporciona a criação e o desenvolvimento de ações que buscam uma sociedade mais justa, igualitária, onde os indivíduos se preocupam com o bem-estar de todos.

1.3 Bases legais do empreendedorismo

É sabido que a educação brasileira já passou por diversas reformas; inclusive, está em tramitação mais uma proposta de reforma do ensino médio: a Medida Provisória nº 746 de 2016 (BRASIL, 2016), que pretende instituir o ensino em tempo integral além de dar a opção para o aluno escolher entre cinco grandes áreas do conhecimento.

Existem vários fatores que provocam a reformulação do ensino, entre eles fatores políticos, econômicos, tecnológicos, culturais e sociais. No que diz respeito ao empreendedorismo, no Brasil não existe uma lei federal ou normativa do Ministério da Educação (MEC) que explicita a obrigatoriedade da educação empreendedora, tampouco que aconselhe ou sugira que o tema seja trabalhado na educação básica, composta pelo ensino fundamental e médio. Todavia, ao consultar e analisar leis e documentos que normatizam a educação brasileira, encontram-se objetivos de formação do aluno e propostas de atividades educativas que estão alinhadas com os objetivos da educação empreendedora.

Antes de analisar o que dizem essas leis e documentos acerca da educação empreendedora, consultou-se um documento de referência internacional sobre educação, o que justifiquem o ensino e os estudos sobre a educação empreendedora. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) divulgou, no ano de 1996, um relatório sobre a visão e perspectivas da educação para o século XXI. Esse relatório apresenta quatro pilares para a educação no século XXI, que são:

1) “Aprender a conviver”, o que significa desenvolver

[...] o conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade. [...] criar um novo espírito que, graças precisamente a essa percepção de nossa crescente interdependência, graças a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos (UNESCO, 1996, p. 13).

2) “Aprender a conhecer”, que quer dizer

[...] conciliar uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um reduzido número de assuntos. Essa cultura geral constitui, de algum modo, o passaporte para uma educação permanente, à medida que fornece o gosto, assim como as bases, para aprender ao longo da vida (UNESCO, 1996, p. 13).

3) “Aprender a fazer”, que indica a necessidade de se considerar que o aluno

Além da aprendizagem continuada de uma profissão, convém adquirir, de forma mais ampla, uma competência que torne o indivíduo apto para enfrentar numerosas situações, algumas das quais são imprevisíveis, além de facilitar o trabalho em equipe que, atualmente, é uma dimensão negligenciada pelos métodos de ensino. Essa competência e essas qualificações tornam-se, em numerosos casos, mais acessíveis, se os alunos e os estudantes têm a possibilidade de se submeter a testes e de se enriquecer, tomando parte em atividades profissionais ou sociais, simultaneamente aos estudos (UNESCO, 1996, p. 13-14).

4) “Aprender a ser”, o que significa que

Nós seremos obrigados a incrementar nossa capacidade de autonomia e de discernimento, acompanhada pela consolidação da responsabilidade pessoal na realização de um destino coletivo [...] Sem sermos exaustivos, podemos citar a memória, o raciocínio, a imaginação, as capacidades físicas, o sentido estético, a facilidade de comunicar-se com os outros, o carisma natural de cada um (UNESCO, 1996, p. 14).

De acordo com esse relatório, “a educação deve, portanto, adaptar-se constantemente a essas mudanças da sociedade, sem negligenciar as vivências, os saberes básicos e os resultados da experiência humana” (UNESCO, 1996, p. 14). Esse trecho corrobora a discussão do tópico anterior acerca da cultura empreendedora, mas traz à tona a necessidade de se criarem políticas para a inserção de novos conteúdos no currículo escolar, que favoreçam a adaptação da educação à sociedade atual.

A principal lei que define os objetivos e diretrizes da educação no Brasil é a Lei das Diretrizes Básicas da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996). Ela traz no seu art. 3, inciso XI, um dos princípios e fins da educação que é “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, que concorda com os objetivos da educação empreendedora de despertar e desenvolver habilidades para que ele possa enfrentar os desafios e complexidade da sociedade moderna.

A LDB de 1996 traz também no seu art. 26 o que deve compor o currículo da educação básica:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996, p. 9).

Nesse trecho da LDB, fica evidente que a escola não pode transmitir para os alunos somente o conteúdo técnico e científico de cada disciplina; ela precisa que explore o meio onde os alunos vivem, preparando-os para a sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho.

Estudando mais especificamente o ensino fundamental, existe um outro documento que entrou em vigor no ano de 2017, muito importante para a compreensão da base legal da aplicação da educação empreendedora no ensino fundamental. Trata-se da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental. Assim como na LDB de 1996, as diretrizes e orientações da BNCC do ensino fundamental apontam para uma formação integral do aluno:

Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017, p. 7).

A formação humana e integral para a construção de uma sociedade melhor passa pelo desenvolvimento de atitudes, habilidades, competências e autonomia do aluno para criar e desenvolver ações para melhorar a sua vida e do seu meio, condições defendidas pela educação empreendedora, na concepção de Dolabela (2008). O pensamento de Dolabela (2008) de tornar o aprendizado significativo através da busca de um sonho, de adquirir habilidades e comportamentos para realizar o desejo de promover a mudança e de transformar a sociedade vai ao encontro dos objetivos da BNCC (2017):

Aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, são competências que se contrapõem à concepção de conhecimento desinteressado e erudito entendido como fim em si mesmo (BRASIL, 2017, p. 17).

Assim, a utilização do contexto em que o aluno está inserido como instrumento de aprendizagem para que seja agente de transformação do seu próprio meio, também está presente na BNCC (2017):

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária (BRASIL, 2017, p. 18).

No Brasil existem ainda os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), outro documento que estabelece as diretrizes curriculares da educação brasileira. Os PCNs abrem espaço para que o currículo possa trabalhar outros conteúdos de maneira interdisciplinar com os conteúdos técnicos; são os chamados temas transversais, como por exemplo: Ética, Pluralidade Cultural e Meio Ambiente, entre outros. Os temas transversais são, segundo os PCNs:

[...] processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrosociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (BRASIL, 1998, p. 26).

Esses conteúdos são trabalhados de forma interdisciplinar com outras disciplinas do currículo formal devido à problemática dos temas, os quais perpassam diferentes campos do conhecimento (BRASIL, 1998).

A interdisciplinaridade do conteúdo se faz importante para a construção do saber. De acordo com os PCNs, “a interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles” (BRASIL, 1998, p. 29). Nessa direção, Fazenda (1994, p. 62) afirma que “a limitação disciplinar [...] impede uma visão multiperspectival dessa polifacetada realidade denominada sala de aula e, por conseguinte, fragiliza a evolução da ciência escolar atual”. Ao analisar o pensamento de Fazenda (1994) e o que propõe os PCNs (BRASIL, 1998) e refletir sobre o contexto do mundo moderno, fica evidente que o empreendedorismo se encaixa perfeitamente na proposta dos conteúdos transversais em todos os níveis de ensino. Como propõe Dolabela (2003, p. 110), “a inserção transversal do empreendedorismo faz com que os conteúdos curriculares explicitem os seus vínculos com o saber empreendedor”.

Nessa direção, o projeto de lei nº 772 de 2015, do senador José Agripino, prevê justamente essa inserção por meio da alteração da LDB para a inclusão do ensino de Empreendedorismo como tema transversal em todos os níveis de ensino (SENADO, 2015).

Todavia, enquanto o tema empreendedorismo não é conteúdo obrigatório na educação brasileira, as cidades que percebem a importância do tema, aproveitando a autonomia que a LDB lhes concede, têm inserido o empreendedorismo como tema transversal no currículo do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Como por exemplo, pode-se citar a cidade de São José dos Campos – SP, em 2002, por meio da Resolução CME n.03/02 e mais recentemente a cidade de Patos de Minas – MG, por meio do projeto de Lei Ordinário nº 7390 de 21 de outubro de 2016, tema de estudo deste trabalho. Nesse sentido, destacam-se as parcerias público-privadas (PPP) e a sua relação com o Estado e, principalmente, com a educação. Sobre isso trata o capítulo seguinte.

2 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A ideia de se ter instituições privadas auxiliando ou até mesmo assumindo a prestação de serviços públicos sempre foi tema de discussão e divergências entre os estudiosos. O termo parceria é adotado aqui de acordo com Bezerra (2008):

[...] a expressão parceria público-privada [...] implica [...] na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade (BEZERRA, 2008, p. 62-63).

A proposta das PPPs traz consigo um conflito de posicionamentos: de um lado, o posicionamento de que serviços essenciais à população, como a educação, devem ser promovidos e mantidos na “mão” do Estado sem interferência de instituições privadas; de outro lado, o posicionamento de que as instituições privadas devem contribuir para suprir as lacunas e ineficiências do Estado e assim cumprir o seu dever de responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade em que elas estão inseridas.

Para Di Pietro (2017), a busca por parcerias do Estado e a Administração Pública com instituições privadas ocorre justamente pela mudança da perspectiva de um Estado centralizado para um Estado mais liberal. Segundo o autor:

Não se querer mais o Estado prestador de serviços; quer-se o Estado que estimula, que ajuda, que subsidia a iniciativa privada; quer-se a democratização da Administração Pública pela participação dos cidadãos nos órgãos de deliberação e de consulta e pela colaboração entre o público e o privado na realização das atividades administrativas do Estado; quer-se a diminuição do tamanho do Estado para que a atuação particular ganhe espaço; quer se a flexibilização dos rígidos modos de atuação da Administração Pública, para permitir maior eficiência; quer-se a parceria entre o público e o privado para substituir-se a Administração Pública dos atos unilaterais, a Administração pública autoritária, verticalizada, hierarquizada (DI PIETRO, 2017, p. 02).

Do ponto de vista administrativo, as PPPs já são tema de estudo e discussão há bastante tempo, sendo consideradas por estudiosos da área como um quarto setor da economia após o setor extrativista, industrial, comércio e prestação de serviços. Nas palavras de Drucker (2015):

Uma área adicional de empreendimento, bastante importante, é o emergente “Quarto Setor” de parcerias público-privadas. Nestas, órgãos governamentais de serviços, estaduais, ou municipais, estabelecem padrões de desempenho exigidos e propiciam recursos financeiros. Daí, contratam um serviço, como coleta de lixo, proteção contra incêndios, ou transporte por

ônibus, com uma empresa privada por meio de licitações, assegurando dessa maneira serviços melhores a custos substancialmente mais baixos (DRUCKER, 2010, p. 15).

A administração pública busca, por meio das PPPs, como objetivos principais, a redução de custos e melhoria da eficiência dos serviços prestados, estabelecendo padrões que deverão ser atendidos pelas instituições privadas parceiras. Ou seja, as instituições privadas levam para os serviços públicos práticas e conhecimentos modernos e ágeis de gestão para melhorar o desempenho dos serviços prestados, além da *expertise* que muitas vezes falta ao setor público, seguindo os padrões estabelecidos pelo Estado.

A utilização das PPPs como um canal para melhorar a prestação de serviços públicos se destaca e é bastante discutida por ser aplicada em diversas áreas do Estado, como saúde, infraestrutura, transportes e educação, áreas de bastante interesse da população. Como já dito, a sua utilização se justifica por aproveitar eficiência, conhecimentos e competências que muito faltam ao setor público e existe em abundância no setor privado.

Outra justificativa é a sua utilização na promoção de atividades filantrópicas que visam atender o compromisso das organizações privadas com o desenvolvimento e bem-estar da sociedade onde elas estão inseridas, fazendo com que elas exerçam a sua responsabilidade social.

2.1 Histórico e bases legais das Parcerias Público-Privadas

As PPPs têm origem, segundo Di Pietro (2017), no direito inglês, com o processo de descentralização da administração pública no Estado Liberal a partir do momento em que ele incorpora outras atividades, nos campos social e econômico, e na prestação de serviços à população. Esse processo ocorreu no Brasil nos anos 1990, a partir da abertura econômica por meio das concessões e privatizações de empresas públicas à iniciativa privada, dando início a discussões que levariam a diversas leis para a regulamentação das PPPs, acompanhando um movimento originado no Reino Unido (OLIVEIRA; OLIVEIRA FILHO, 2013).

No Brasil, com a abertura econômica nos anos 1990, foi feita uma reforma no Estado e implementadas políticas que favoreciam a chamada Terceira Via, mais conhecida como terceiro setor, que na definição de Di Pietro (2017) são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que trabalham em parceria com a administração pública para a consecução de serviços com finalidades de interesse público. Conforme afirmam Peroni e Caetano (2016):

A partir da reforma do Estado instituída nos anos de 1990, essas instituições do terceiro setor passam a assumir um papel preponderante com o estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar soluções humanizadoras do capital. Assim, inscrevem-se projetos na agenda de atualização da socialdemocracia a partir da Terceira Via, na qual consta a partilha de responsabilidade das questões sociais com a sociedade. Para operacionalizar essa estratégia, iniciativas como aproximar a noção de sociedade civil à de terceiro setor e legitimar a responsabilidade social empresarial são colocadas em movimento, resultando na organização de empresários orientados para as questões sociais. Com essa perspectiva, organizações privadas sem fins lucrativos se apresentam como sujeitos coletivos capazes de intervir em questões sociais no país e advogam a necessidade do fortalecimento de suas instituições para provimento de serviços de interesse público por meio de legislação favorável às ações que promovem, como a isenção ou renúncia fiscal (PERONI; CAETANO, 2016, p. 409-410).

Para a legitimação das ações de inserção de organizações privadas como sujeitos provedores e operacionalizadores de serviços de interesse público, foi necessária a criação de uma legislação específica à medida que essas ações foram se consolidando e ampliando. O quadro abaixo ilustra a cronologia da legislação voltada para a regulamentação das concessões e PPPs no Brasil:

Quadro 1 – Linha do tempo da legislação das parcerias e concessões no Brasil

Ano	Legislação
1993	Lei Federal 8.666/93, Lei de Licitações
1995	Lei Federal 8.987/95, Lei geral de Concessões
2003	Lei Estadual 14.869/03, Lei das PPPs de MG
2004	Lei Federal 11.079/04, Lei das PPPs
...	Leis Estaduais das PPPs em diversos Estados
2011	Projeto de Lei nº 2892
2012	Medida Provisória 575, convertida na Lei nº 12.766
2014	Lei Federal 13.019, Lei de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil

FONTE: Adaptado de Oliveira; Oliveira Filho (2013).

Ao analisarmos a cronologia apresentada no quadro acima, destaca-se o pioneirismo do Estado de Minas Gerais em criar uma lei voltada para as PPPs antes do Governo Federal. Por fim, a última lei criada sobre as PPPs é a Lei Federal nº 12.766, que vem aperfeiçoar a lei de 2012. A legislação brasileira acompanhado a abertura de econômica do país nos anos 1990, inicialmente cria a lei de licitações para regulamentar as compras e solicitação de serviços de que necessitam os órgãos públicos. Em seguida, surge a lei de concessões em que os órgãos públicos condescendem à iniciativa privada o direito de prestar serviços públicos mediante a sua fiscalização e controle por meio das agências reguladoras nacionais, como por exemplo a

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

É importante destacar os conceitos da lei de concessões de serviços públicos e a lei das PPPs, para que fiquem explícitas as suas diferenças. Para Di Pietro (2017, p. 90) a concessão de serviço público é definida como:

[...] o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço (DI PIETRO, 2017, p. 90).

A lei de concessões regulamentou e permitiu que os órgãos públicos condescendem à iniciativa privada o direito de prestar serviços públicos, construção parcial ou total de obras, mediante licitação, a sua fiscalização e controle por meio das agências reguladoras nacionais.

Já a lei das PPPs é definida pela mesma autora da seguinte forma:

[...] contrato administrativo de concessão que tem por objetivo (a) a execução de serviço público, precedida ou não de mão de obra pública, remunerada mediante tarifa paga pelo usuário e contraprestação pecuniária do parceiro público, ou (b) a prestação de serviço de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, com ou sem execução de obra e fornecimento e instalação de bens, mediante contraprestação do parceiro público. (DI PIETRO, 2017, p. 184-185).

A lei das PPPs se difere da lei de concessões por permitir uma cobrança adicional do usuário como contraprestação pelo serviço prestado. Portanto, o serviço não pode ser financiado somente por recursos fiscais da união, Estados ou municípios, mas também pelos usuários (OLIVEIRA; OLIVEIRA FILHO, 2013).

A lei das PPPs tem como objetivos a concessão patrocinada e a concessão administrativa: a concessão patrocinada permite a cobrança de tarifa do usuário pela utilização do serviço; já na concessão administrativa, toda a remuneração advém do poder público. Outra possibilidade de aplicação das PPPs que causa muita polêmica e discussão é a de privatizar a Administração Pública, permitindo que funções administrativas do Estado sejam executadas pela iniciativa privada mediante ou não a cobrança de tarifas, o que permite que muitas regras e mecanismos do direito administrativo do Estado não sejam executadas, como licitações, concursos públicos para seleção de pessoal, regras constitucionais sobre os servidores públicos e finanças públicas, entre outros. A justificativa mais utilizada pelos que defendem a utilização das PPPs é a de aproveitar a eficiência e *expertise* do setor privado em situações que o governo não dispõe de tais recursos (DI PIETRO, 2017).

A partir desse pensamento de suprir as deficiências do Estado por meio das PPPs, surgem várias iniciativas e projetos idealizados e desenvolvidos por instituições e empresas privadas juntamente com instituições governamentais nas três esferas do poder. .

Acredita-se que essa discussão do uso das PPPs e a crítica da transferência de dinheiro público para instituições privadas, mesmo para a consecução de serviços de interesse público, levou o governo a aprovar a lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que é definida no seu art. 1º como:

[...] normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (BRASIL, 2017, s/p).

Essa lei institui e regulamenta as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, sendo que estas últimas têm que ser obrigatoriamente sem fins lucrativos. Essas organizações podem ser: entidade privada sem fins lucrativos que não distribua lucros ou outras formas de resultados entre sócios ou qualquer outro membro e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social; sociedades cooperativas integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; e organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das suas atividades religiosas (BRASIL, 2017). Di Pietro (2017) ainda destaca que estas parcerias podem envolver ou não a transferência de recursos financeiros.

Esta lei se torna relevante para esta pesquisa, pois o tema estudado trata da parceria entre a administração pública do município de Patos de Minas – MG e as instituições privadas SEBRAE e UNIPAM, que são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Trata-se de um projeto de interesse público em que não ocorre a transferência de recursos financeiros entre elas, assim como estabelece a lei nº13.019/2014.

Portanto, o projeto Jovens Empreendedores, investigado neste estudo, pode ser considerado como uma atividade de solidariedade, ajuda mútua e colaboração entre a administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos com objetivo para melhorar a educação no município de Patos de Minas – MG, sem que esta tenha que ser privatizada ou que a prestação deste serviço seja concedido para instituições privadas com o intuito de o explorarem comercialmente, se aproximando do conceito de concessões patrocinadas e sendo exatamente o tipo de parceria que a Lei nº 13.019/2014 define e regulamenta.

Jovens Empreendedores é um exemplo de aproximação da sociedade civil com o terceiro setor, resultando em parcerias envolvendo as organizações empresariais em questões sociais, neste caso a educação, partilhando com o executivo municipal de Patos de Minas a responsabilidade de fortalecer e melhorar os processos educacionais visando desenvolver habilidades e competências nos alunos da rede municipal de ensino participantes do projeto para que eles possam ser capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos na promoção e construção de uma sociedade melhor para todos.

2.2 Parcerias Público-Privadas na Educação

Neoliberalismo, globalização, crises econômicas e impossibilidade de o Estado prestar serviços de qualidade para a população levaram ao surgimento das concessões e parcerias público-privadas nas mais diversas áreas do Estado, inclusive na educação.

O educador e autor Carlos Roberto Jamil Cury já percebia, em 2001, esse movimento de transferência de atividades da administração pública para o privado, antes mesmo da lei de parcerias público-privadas:

A rigor, as políticas de descentralização, sobretudo se acompanhadas do atual modo vigente do pacto federativo, significam um repasse de responsabilidade dos escalões nacionais para os subnacionais. Se estes últimos não forem capazes de sustentar suas responsabilidades, o risco é o de haver um deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de corte mercadológico, pouco natural aos fins da educação (CURY, 2001, p. 196).

A fala de Cury levanta uma preocupação de muitos educadores quando se fala em PPPs na educação, que é o desvio do propósito da educação, da produção do saber e formação do ser, para um corte mercadológico, ou seja, a comercialização da educação como se ela fosse um simples bem de consumo.

Vista num primeiro momento por uma ótica capitalista, devido ao grande número de privatizações para a exploração de serviços públicos nos anos 1990, Peroni fala da lógica do pensamento do uso das PPPs e a sua aplicação nas políticas sociais do governo:

[...] o papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI, 2006, p. 14).

Mesmo sendo uma afirmação feita há mais de dez anos, o panorama atual não mudou, principalmente devido à crise que vem afligindo o Brasil na atualidade. A própria autora, em 2016, discute a ineficiência do Estado ao afirmar que “diferentes sujeitos representantes do setor público e do setor privado têm apontado a ineficiência do padrão de gestão vigente na educação” (PERONI CAETANO 2016, p.411).

A partir deste cenário, somos incentivados a uma reflexão sobre a incompetência do Estado e o favorecimento de determinadas demandas em criar, implementar e manter a prestação de serviços que competem ao Estado, sendo transferidos para a iniciativa privada, por meio de privatizações ou parcerias. Peroni (2016) destaca que as PPPs estão sendo discutidas e inseridas na educação e nos seus processos devido ao atual pensamento da crise no Estado. Segundo ela:

[...] é parte do projeto de reforma do Estado que tem, como diagnóstico, aquele proposto pelo neoliberalismo e partilhado pela Terceira Via, de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, e assim a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo (PERONI, 2017, s/p).

No que tange à área da educação, Peroni e Caetano (2016) sugerem a inserção de mecanismos da gestão privada na educação, mas sem alterar as propriedades desta, portanto preservando sua propriedade na mão do Estado e os seus propósitos de produção do saber e formação do ser, com o intuito de melhorar o seu desempenho:

Os diagnósticos sugerem à educação os mecanismos de gestão da esfera privada, que são reconhecidos como capazes de responder às necessidades de melhoria dos índices educacionais e, ao mesmo tempo, não aumentar os gastos do Estado, inserindo na educação a lógica do mercado, formando um quase-mercado, o qual altera a lógica do público, introduzindo concepções de gestão privada nas instituições públicas sem alterar a propriedade das mesmas (PERONI; CAETANO, 2016, p. 411).

A manutenção da propriedade do Estado se exemplifica na oferta majoritária da educação por parte dele, ampliada últimos anos. Já a inserção da iniciativa privada, principalmente na gestão da educação, está acontecendo por meio da definição das políticas educacionais e do processo educativo. Segundo Peroni e Caetano (2015),

A oferta educacional se ampliou para quem historicamente não teve acesso, e essa ampliação ocorreu na escola pública no ensino fundamental e médio. A oferta permanece pública, com 84,26% das matrículas no ensino fundamental (EF) e 86,75% no ensino médio (EM), e em instituições

privadas há apenas 15,73% no EF e 13,25% no EM. A oferta permanece sendo majoritariamente pública, sendo que a privatização ocorreu no que chamamos de “conteúdo da proposta”, com a lógica mercantil influenciando no processo pedagógico e na organização da escola pública. Nesse caso, o privado assume a direção das políticas educativas e define a produção e apropriação do conhecimento. (PERONI; CAETANO, 2015, p. 339-340).

Implementar a gestão privada nas escolas sem alterar os seus propósitos ou transformá-las em um balcão de negociações ou o ensino em um simples produto se justifica como uma opção para aumentar o seu desempenho, eficiência, qualidade e trazer benefícios para o Estado, os alunos e a sociedade como um todo no presente e no futuro.

Os pensamentos de Peroni, Caetano (2015) e Di Pietro (2017) deixam claro a possibilidade e necessidade do Estado em diminuir o seu tamanho e trabalhar em parceria com a iniciativa privada, mais competente e eficaz, repassando ou trabalhando em conjunto para a execução de serviços, gestão de processos e consecução de ações sociais, visando a uma melhor prestação dos serviços do Estado ou implementação de ações que buscam o desenvolvimento da comunidade, como é o caso do tema desta pesquisa.

Peroni (2017, s.p.) também define o perfil do agente da sociedade civil que deve tomar frente da chamada terceira via: “A Terceira Via trabalha com o conceito de sociedade civil modernizada, o que quer dizer em sucedida no mercado, empreendedora. E é a essa parcela da sociedade civil que o Estado deve incentivar para que assuma as políticas sociais”.

Nessa linha de pensamento, Giddens (2007) apresenta o empreendedorismo como uma qualidade da sociedade moderna:

O empreendedorismo civil é qualidade de uma sociedade civil modernizada. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida com problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos a tais iniciativas. (GIDDENS, 2007, p. 26).

De acordo com Peroni (2009, p. 766), Giddens “[...] defende um novo modelo social europeu baseado no empreendedorismo, no investimento em tecnologia, no capital humano e na flexibilidade no mercado de trabalho”. Portanto, para que os processos de implementação e funcionamento das PPPs obtenham sucesso, é necessário que indivíduos empreendedores sejam colocados à frente desse movimento. Este empreendedor a que se refere Giddens e Peroni é definido por Dolabela (2003) como sendo o empreendedor coletivo:

O empreendedor coletivo é qualquer indivíduo da comunidade, podendo estar vinculado à esfera pública, privada ou ao terceiro setor. Mas, independentemente de sua origem, seu âmbito de ação não se limita a um

setor, uma vez que se define justamente por atuar na intersecção entre os diversos setores, gerando entre eles as conexões necessárias para provocar mudanças e produzir as inovações nas relações sociais que ofereçam novas alternativas para a construção do desenvolvimento (DOLABELA, 2003, p. 52).

O empreendedor coletivo, definido acima por Dolabela, possui as competências de qualquer empreendedor, mas ele se diferencia dos demais por atuar em diversas áreas e estar focado em ações e processos de cunho social, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade em que está inserido.

Em face do exposto neste capítulo, pode-se perceber a importância da inserção do empreendedorismo na educação brasileira em todos os níveis de ensino, em especial na educação básica, pois nessa etapa do ensino é que estão as bases de formação do indivíduo.

Dessa forma, a utilização das PPPs é uma das alternativas para suprimir as deficiências do Estado e as necessidades da população. As PPPs necessitam de indivíduos empreendedores e, sendo a escola a instituição de mediação do saber e valores para a formação da visão de mundo dos indivíduos, a inserção do empreendedorismo na escola se mostra um elemento necessário na formação dos futuros trabalhadores, gestores públicos e privados para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, diversa e igualitária.

3 PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES: limites e possibilidades

Neste capítulo será tratado o “Projeto Jovens Empreendedores” do Município de Patos de Minas – MG, caracterizado como uma Parceria Público-Privada (PPP) entre o Município de Patos de Minas – MG por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), que trabalha o tema empreendedorismo junto aos alunos da rede municipal de ensino.

3.1 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

O SEBRAE existe desde 1972, embora sua história tenha começado um pouco antes. Sua origem remonta a 1964, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criou o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), atual Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com o intuito de financiar a criação e desenvolvimento de empresas no Brasil. O FIPEME e o FUNTEC formavam o Departamento de Operações Especiais do BNDE, no qual foi criado um sistema de apoio gerencial às micro e pequenas empresas, o “embrião” do atual SEBRAE. Porém, o alto índice de inadimplência das empresas assistidas por esses órgãos os levou a realizar uma pesquisa para identificar as causas desse endividamento, descobrindo-se que o motivo do fracasso das novas empresas era a má gestão (SEBRAE, 2017).

A partir da constatação da causa do alto índice de inadimplência das empresas, em 17 de julho de 1972, por iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento, foi criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE), uma instituição formal para apoiar a gestão das pequenas empresas. A instituição atuava com programas específicos para as pequenas e médias empresas, levando aos empresários o atendimento de que necessitavam nas áreas de tecnologia, crédito e mercado. Na década de 1980, a instituição já estava fortalecida e começou a pressionar o governo federal para dar mais atenção às micro e pequenas empresas com o intuito de fortalecer esses empreendimentos (SEBRAE, 2017).

Então, no ano de 1990, foi criado o atual SEBRAE pelo decreto nº 99.570, que complementa a lei nº 8029 de 12 de abril. Segundo a referida lei:

A entidade desvinculou-se da administração pública e transformou-se em uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento. De lá para cá, o Sebrae ampliou sua estrutura de atendimento para todos os estados do país, capacitou inúmeras pessoas e ajudou na criação e desenvolvimento de milhares de micro e pequenos negócios por todo o país. (SEBRAE, 2017, s/p).

A instituição atua:

[...] fortemente com o foco no empreendedorismo na redução do tempo do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócio. (SEBRAE, 2017, s/p).

O SEBRAE está presente nos 27 estados e no Distrito Federal, onde fica a sua sede nacional. Mesmo não estando presente em todos os municípios, a instituição busca oferecer cursos, seminários, consultorias e assistência técnica para pequenos negócios de todos os setores em todos os municípios do país. O município de Patos de Minas conta com uma unidade do SEBRAE.

O SEBRAE presta serviços individuais e coletivos

(...) com foco no estímulo ao empreendedorismo e no desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, o Sebrae atua em: educação empreendedora; capacitação dos empreendedores e empresários; articulação de políticas públicas que criem um ambiente legal mais favorável; acesso a novos mercados; acesso à tecnologia e inovação; orientação para o acesso aos serviços financeiros. (SEBRAE, 2017, s/p).

O SEBRAE, como pode-se perceber ao estudar a sua história, trabalha com o foco na criação e fomento das micro e pequenas empresas com o intuito de gerar emprego, renda e riqueza para o desenvolvimento sustentável. Desde a sua criação, a instituição tem trabalhado para que os empreendedores brasileiros tivessem mais acesso ao crédito, capacitação e condições de serem competitivos, a fim de pudessem ser geradores de emprego, renda e riqueza. O reconhecimento da sua relevância para o sucesso das micro e pequenas empresas o levou a se tornar a instituição-referência nacional em consultoria, assistência e treinamento para empreendedores, divulgando, promovendo eventos e fomentando ações sobre o tema. Na atualidade instituições como o SEBRAE se fazem necessárias para a criação e desenvolvimento de empresas para a geração de emprego e renda para a população, bem como para a melhoria da sua qualidade de vida.

3.2 Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

O Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) é uma instituição de ensino superior privada, sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas (FEPAM). A FEPAM foi criada pelo Governo do Estado de Minas Gerais no dia 27 de maio de 1968, através da lei 4.776. Os primeiros cursos foram autorizados em 14 de abril de 1970, sendo Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática e Biologia. Da década de 1970 até o ano de 2001, foram incorporados os cursos de Ciências Administrativas, Ciências Contábeis, Direito, Farmácia e Agronomia.

Em 2001, o Governo do Estado de Minas Gerais credenciou o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), que passou a trabalhar com o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo a FEPAM como mantenedora. Esse credenciamento ocasionou em uma alavancagem de 160% na oferta de cursos, passando de 10 para 26. Atualmente, o UNIPAM oferece 30 cursos de nível superior, mais de 20 cursos de pós-graduação e oito cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância (EAD). Até o primeiro semestre de 2017 a instituição contava com 8.428 alunos matriculados, 440 professores, em sua maioria mestres e doutores, 534 funcionários administrativos, 155 funcionários da construção civil e 176 estagiários, tendo formado até o ano de 2016 19.471 alunos (UNIPAM, 2017). O UNIPAM é a maior instituição de ensino superior de Patos de Minas – MG e região. A cidade conta ainda com a Faculdade Patos de Minas (FPM), a Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A cidade ainda conta com cerca de 15 polos de faculdades com EAD.

As finalidades e princípios básicos do UNIPAM são:

- 1 – Promover a formação e a qualificação dos recursos humanos que integram a comunidade acadêmica;
- 2 – Oferecer educação superior de qualidade;
- 3 – Incentivar a realização de pesquisa;
- 4 – Estender à comunidade os conhecimentos produzidos, buscando a solução de problemas e visando à integração do Centro Universitário com a comunidade onde está inserido;
- 5 – Promover sistemática de avaliação diagnóstica de suas atividades, como processo permanente;
- 6 – Promover o espírito comunitário da fraternidade e da igualdade entre os cidadãos, para que seus egressos tenham condições de desenvolver, conscientemente, seus projetos de vida (UNIPAM, 2017).

Tendo como missão a transformação das pessoas e da sociedade por meio da excelência da educação, o seu lema “Educação que transforma” é alicerçado pelos seguintes

valores: igualdade, respeito aos direitos humanos, princípios de liberdade, educação integral, valores democráticos, amparo social e proteção ao meio ambiente. Essas ações visam tornar o UNIPAM referência de Centro Universitário no Estado de Minas Gerais (UNIPAM, 2017).

O UNIPAM se define como uma instituição de perfil empreendedor. Para promover e desenvolver esse espírito empreendedor nos seus alunos, ele possui um Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT), uma Incubadora de Empresas (FAROL), e um Centro de Empreendedorismo e Aceleração de Negócios (OCEANO), nas dependências do campus. O objetivo é promover ações, assessoria e consultoria no desenvolvimento do empreendedorismo, atendendo alunos e também a comunidade de Patos de Minas - MG e região.

A preocupação do UNIPAM com a qualidade dos seus serviços e ações se reflete no fato de que o UNIPAM é a única instituição de ensino superior no Brasil a possuir as quatro principais certificações internacionais de gestão, sendo elas: sistema de gestão de qualidade ISO 9001, sistema de gestão ambiental ISO 14001, sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho OHSAS 18001 e a de responsabilidade social SA 8000, recebidas no ano de 2015 (UNIPAM, 2017).

Atendendo às diretrizes da SA 8000, o UNIPAM desenvolve, mantém e apoia diversos projetos e atividades na comunidade de Patos de Minas – MG. Entre eles há o “Dia da Responsabilidade Social”, iniciado no ano de 2006, em que os diversos cursos oferecem entretenimento e prestação de serviços para comunidade. O “Projeto Trilhas do Saber” faz a arrecadação de kits escolares junto a outras instituições e empresas da cidade e doa para crianças de baixa renda dos anos iniciais. Há também o “Programa INTEGRAR” criado em 2008 em parceria com outras instituições com o objetivo de promover a saúde bem-estar físico, psíquico e social a mais de quinhentas pessoas, por meio de atividades físicas, recreativas e de acompanhamento escolar. Criado em 2003, o “Projeto LETRAÇÃO” em parceria com Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC), objetiva ampliar a escolaridade dos funcionários da construção civil da instituição. Outro projeto é o “Jovens Empreendedores” tema desta dissertação.

3.3 Projeto Jovens Empreendedores de Patos de Minas – MG

O Projeto Jovens Empreendedores da cidade de Patos de Minas – MG surgiu em 2013 e tem como base o Programa Nacional de Educação Empreendedora do SEBRAE. Esse programa tem como proposta disseminar a cultura empreendedora em todos os níveis de

ensino, trabalhando o desenvolvimento de competências empreendedoras e a possibilidade de inserção sustentada no mundo do trabalho. Para isso, oferece capacitação para os professores da rede municipal de ensino, não se limitando àqueles que irão trabalhar diretamente com o projeto, mas também com soluções educacionais para serem utilizadas na escola ou sala de aula, por meio de disciplinas ou projetos (SEBRAE, 2017).

A divulgação do empreendedorismo no ensino fundamental é feita através do projeto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP). De acordo com o SEBRAE (2017), no ano de 2013, um total de 3.162 professores de 320 escolas foram capacitados para atuarem com a proposta do JEPP em associação a 80.587 estudantes dos nove anos do ensino fundamental. No biênio 2014-2015 o projeto atingiu quase 700.000 alunos do ensino fundamental. (SEBRAE, 2017).

O projeto funciona da seguinte forma: a escola adere ao programa voluntariamente. Ao aderir, tem os seus professores capacitados através do curso Cultura Empreendedora do SEBRAE, de 45 horas, para que, posteriormente, dentro de sala de aula, aplique conhecimentos específicos e contextualizados para cada ano do ensino fundamental. Na cidade de Patos de Minas – MG, foi determinado pelos idealizadores e coordenadores do projeto que ele seria trabalhado com os alunos do quinto ao nono ano. Outro ponto importante proposto pelo projeto é a forma de trabalho interdisciplinar, entre o conteúdo empreendedorismo e as disciplinas do currículo de base comum. Ou seja, utilizar o projeto de empreendedorismo e trabalhar os conhecimentos de matemática, ciências, português entre outras disciplinas, observando a contextualização com a relevância e realidade social de cada escola, pois o projeto está implementado em escolas da periferia, do centro e da zona rural da cidade (SEBRAE, 2017).

Em Patos de Minas, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que conta com 15 escolas de ensino fundamental, seguiu o mesmo caminho de outras cidades que implementaram o Programa de Educação Empreendedora JEPP do SEBRAE. No primeiro semestre de 2013, o SEBRAE fez contato com a prefeitura de Patos de Minas para apresentação e incentivo para implementação do JEPP na rede municipal de ensino fundamental da cidade (ARAÚJO, 2017). Estavam presentes na reunião o então prefeito municipal de Patos de Minas – Pedro Lucas Rodrigues, o gerente regional do SEBRAE-MG – Marden Márcio Magalhães, a técnica do SEBRAE em Patos de Minas – Rosânia Maria de Lima, a técnica do SEBRAE em Patos de Minas – Naiara Marra, o assessor especial de desenvolvimento econômico – Daniel Freitas Resende, a então secretária municipal de educação – Marlene Machado Porto, a gerente de supervisão da SEMED – Vânia Beatriz, a

diretora pedagógica da SEMED – Kelly Brasil, e alguns professores já inscritos para participar do primeiro curso de capacitação do SEBRAE realizado na cidade. Entre eles, a professora Sônia Maria Porto Santos, que posteriormente ficaria como responsável pelo projeto dentro da SEMED. (ARAÚJO, 2017). A quantidade de pessoas envolvidas bem como a posição ocupada por elas na esfera governamental e educacional do município expressa a importância e seriedade do projeto proposto. Segundo Santos (2017), os participantes ficaram “encantados” com a metodologia proposta e muito entusiasmados para implementar o projeto.

Logo em seguida, no mesmo ano foi dado o primeiro passo para a implementação do projeto: a capacitação dos docentes através de um curso do SEBRAE de Cultura Empreendedora, com duração de 45 horas, sendo capacitados inicialmente 70 docentes. Posteriormente, no segundo semestre do mesmo ano, o projeto foi implementado, como tema transversal, em três escolas, sendo elas a Escola Municipal Aristides Memória, localizada em uma região carente da cidade, Escola Municipal Gino André Barbosa e Escola Municipal Cônego Getúlio localizadas na zona rural da cidade (PATOS DE MINAS, 2014, p. 8). A escolha destas escolas mostra o interesse dos responsáveis pelo projeto em levar mais oportunidades de capacitação para a os alunos mais carentes, que possuem poucas oportunidades, a não ser por meio da educação.

A SEMED entende que “a escola deve educar formando o cidadão e, nesse viés, precisa considerar a demanda atual de uma educação voltada para as necessidades do mercado de trabalho e bem-estar dos indivíduos” (PATOS DE MINAS, 2014, p. 9):

[...] um dos desafios da educação atual é despertar nos educandos o impulso de empreender e construir sua própria história profissional, ou seja, desenvolver um conjunto de ações que contribuam decisivamente para a consolidação de uma cultura de empreendedorismo. (PATOS DE MINAS, 2014, p. 9)

Esse entendimento da SEMED reflete o pensamento de autores tratados neste trabalho sobre a educação empreendedora.

Portando, a implementação e disseminação da cultura empreendedora no município de Patos de Minas –MG são vistas pelos gestores e educadores municipais como uma ferramenta para o desenvolvimento do cidadão, inserção no mercado de trabalho e geração de renda para sustentabilidade.

Através da inserção do estudo do empreendedorismo como tema transversal, o projeto objetiva primeiramente preparar o jovem para a vida e o trabalho, vislumbrando também o

empoderamento dos alunos, ou seja, despertar neles a confiança e a capacidade de acreditar no seu próprio trabalho, de ter iniciativa e ousadia para tomar decisões, despertar o sentimento de pertencimento à comunidade na qual ele está inserido, modificar a sua realidade e, em longo prazo, o projeto objetiva o desenvolvimento econômico da cidade (SANTOS, 2017, p. 2). Os objetivos específicos do projeto são:

- Qualificar educadores de escolas municipais para o planejamento e desenvolvimento de ações de fomento à cultura empreendedora.
- Introduzir no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental, de modo transversal, teorias e atividades práticas que valorizem o potencial empreendedor dos alunos.
- Acompanhar a implantação de ações pedagógicas que estimulem a construção da autonomia do educando e o seu desejo de aprender a empreender.
- Realizar a Feira do Jovem Empreendedor, com a apresentação dos resultados de atividades práticas desenvolvidas nas salas de aula. (PATOS DE MINAS, 2014, p.10).

Segundo Santos (2017), a receptividade do projeto pelos professores foi muito boa, principalmente nas escolas da zona rural, embora alguns inicialmente tiveram certa resistência. Todavia, à medida que foram participando das capacitações e desenvolvendo as atividades juntamente com os alunos, foram aderindo ao projeto e, hoje, a SEMED possui uma lista de espera para inscrição nos novos cursos de capacitação.

Durante as primeiras semanas de trabalho do projeto, alguns professores da escola Prof. Aristides Memória, por intermédio da SEMED, procuraram o reitor do UNIPAM Prof. Me. Milton Roberto Teixeira de Castro para a apresentar e convidar o UNIPAM para ser parceiro no projeto, pois mesmo com o curso oferecido pelo SEBRAE, eles estavam com dificuldades: devido à formação acadêmica, faltava confiança para o desenvolvimento do conteúdo e queriam a ajuda do UNIPAM para fazer o projeto “acontecer”. O Prof. Milton Roberto de Castro Teixeira convidou o Prof. Célio Adriano Lopes para participar da reunião e, após conhecer o projeto, o UNIPAM se tornou parceiro (TEIXEIRA, 2017, p. 1).

A ideia inicial do UNIPAM era criar um minicurso sobre empreendedorismo. Todavia, Como este já havia sido ministrado pelo SEBRAE para os docentes da rede municipal de ensino, buscou-se uma opção de cooperação maior do UNIPAM com o projeto: na disciplina de Empreendedorismo, ministrada pelo Prof. Célio Lopes, no sexto período do curso de Administração, os alunos aprendem e desenvolvem técnicas de elaboração de Modelos de

Negócios CANVAS¹ e de planos de negócios. Foi definido que o UNIPAM, por meio do professor Célio e os alunos da disciplina de empreendedorismo, iria para as escolas, onde eles desenvolveriam juntamente com os professores da rede municipal, oficinas que disseminam as competências e ferramentas empreendedoras, ajudando os alunos no desenvolvimento dos seus projetos.

É importante destacar que os projetos dos alunos das escolas participantes são definidos por eles; os alunos do UNIPAM apenas os ajudam no desenvolvimento. O UNIPAM também se tornou parceiro na realização da Feira do Empreendedor, evento realizado ao final do ciclo do projeto, atualmente realizada no mês de novembro, no sábado pela manhã na praça do coreto da cidade, localizada na avenida Getúlio Vargas, centro, onde os alunos apresentam os seus projetos e comercializam os produtos desenvolvidos (LOPES, 2017).

Essa parceria SEMED, SEBRAE e UNIPAM, tanto para Santos (2017) quanto para Lopes (2017) foi fundamental para que o projeto desse certo, contribuindo para isso sobretudo pois a metodologia do SEBRAE, a interdisciplinaridade dos docentes das escolas e a disseminação do conhecimento de administração dos alunos do UNIPAM. Em 2014, foram capacitados mais 140 professores e o projeto foi estendido para 12 escolas municipais (SANTOS, 2017). Atualmente ele está presente em todas as escolas municipais, inclusive as da zona rural e dos distritos da cidade, tendo já capacitado mais de 800 docentes, efetivos e contratados, atingindo cerca de 4.000 alunos (PATOS DE MINAS, 2017, p.1). Esses dados demonstram a dimensão e relevância do projeto, bem como a necessidade de se fazer PPPs para que projetos possam ser implementados e desenvolvidos, trazendo benefícios para a sociedade.

O projeto JEPP destina-se a alunos do 1º ao 9º do ensino fundamental, através de livros didáticos específicos para cada série. No entanto, em Patos de Minas ele é desenvolvido de maneira diferente. Apesar de utilizar o material do JEPP cedido pelo SEBRAE, como dito anteriormente, ficou determinado que ele seria implementado nos anos finais do ensino fundamental (PATOS DE MINAS, 2014).

A metodologia de trabalho do projeto na escola ocorre da seguinte forma: primeiramente, a escola define qual ou quais anos do ensino fundamental participarão do

¹ Business Model Generation, ou simplesmente CANVAS. É uma metodologia criada em meados dos anos 2000 pelo Suíço Alex Osterwalder durante sua Tese de Doutorado em HEC Lausanne, O CANVAS é um esquema visual que possibilita as pessoas cocriarem modelos de negócios analisando nove elementos que toda empresa ou organização possuem: proposta de valor, parcerias-chaves, atividades-chaves, recursos-chaves, relacionamento com clientes, segmentos de clientes, canais de distribuição, estrutura de custos e fluxo de receitas (HSM, 2017, s/p).

projeto, devido a não ser possível que todos participem. Já no primeiro semestre do ano letivo os professores desenvolvem o conteúdo teórico do tema Empreendedorismo, por meio do qual os alunos aprendem sobre o conceito de empreendedorismo, o comportamento empreendedor e suas características; além disso, são oferecidas palestras com pessoas empreendedoras da comunidade (SILVA, 2017). Também são feitas reflexões sobre o tema dentro de outros conteúdos curriculares, sempre de maneira interdisciplinar com os conteúdos regulares, como matemática e ciências (LISBOA, 2017).

No segundo semestre, dentro do horário normal de aula, são realizadas as oficinas para a definição e desenvolvimento do projeto que será apresentado na feira. Nesse ponto entra o UNIPAM com os seus alunos do curso de Administração, dando suporte aos docentes no desenvolvimento das atividades práticas do projeto e na realização da feira (LOPES, 2017). Lopes destaca que com o crescimento do projeto e o desenvolvimento de projetos em áreas como a agrícola e a social, vem abrindo a oportunidade para que alunos de outros cursos de graduação do UNIPAM possam participar, a exemplo do curso de Arquitetura e Urbanismo, que no ano de 2016 primeiro ano que o projeto foi trabalhado na escola Prefeito Jaques Correa da Costa foi trabalhado o empreendedorismo social onde:

[...] o curso de arquitetura redesenhou os bancos, as cadeiras do refeitório, porque os alunos não tinham lugar pra sentar... Então, junto com a prefeitura, que comprou material, nós construímos... O pessoal da arquitetura fez o projeto pra que todos os alunos, na hora do intervalo, conseguissem sentar pra comer. (LOPES, 2017)

Esse fato demonstra que o projeto também tem um potencial de impacto nos alunos de graduação, proporcionando a eles a aplicação prática dos conhecimentos aprendidos em sala de aula, além de lhes proporcionar a integração em locais da comunidade onde muitos deles às vezes nunca frequentaram, conhecendo realidades diferentes ou até mesmo contribuindo para a escola que por ventura eles estudaram.

Um ponto importante que deve ser avaliado no projeto é o seu impacto provocado na escola, nos alunos participantes e na comunidade de Patos de Minas – MG. De acordo com a diretora da Escola Municipal Prefeito Jaques Correa da Costa, Profa. Lúcia de Fátima Vieira e Silva, os alunos que participaram do projeto apresentaram melhora no desempenho nas disciplinas regulares, principalmente na disciplina de matemática. Ela afirma que “tornou-se algo significativo na aprendizagem deles, mudando até o comportamento, deixando a turma mais harmoniosa, mais disciplinada e até mais envolvida com os outros conteúdos” (SILVA,

2017). A diretora da Escola Municipal Prefeito Cônego Getúlio, localizada na zona rural do município, Profa. Paula da Silva Lisboa diz:

Consigo perceber mudança de posturas dos alunos, principalmente quanto à perspectiva de vida. Como nossa escola é uma escola de meio rural, os alunos não tinham muitas perspectivas quanto aos estudos. Com a prática do Empreendedorismo, desenvolveram habilidades de trabalho em grupo, iniciativa, liderança, entre outras que os ajudaram a acreditar mais no seu potencial, entendendo que podem mais, que podem ser felizes dentro das muitas escolhas que podem fazer. Consequentemente, com a mudança de postura, melhorou também o rendimento dos alunos, havendo grande redução do número de alunos retidos e de Progressão Parcial, cujo índice é irrisório nesse ano de 2017, por exemplo. (LISBOA, 2017).

Ela ainda destaca a oportunidade que o projeto trouxe de trabalhar outras questões importantes para os alunos e a comunidade em geral:

[...] foram trabalhadas diferentes temáticas dentro do Empreendedorismo social, como educação, cultura, lazer e meio ambiente, que contribuíram para formação de estudantes engajados, que buscam soluções para problemas e desafios encontrados em seu contexto social. (LISBOA, 2017).

A coordenadora do projeto na SEMED, Profa. Sônia Maria Portos Santos, expressa o impacto causado pelo projeto nos alunos:

[...] depois do projeto de educação empreendedora, em relação à dificuldade que os meninos tinham de relacionar-se e de aceitar o outro, hoje eles são mais expansivos, hoje eles têm um horizonte melhor, eles vislumbram uma coisa assim melhor, então eu acho assim que... que nesse momento o principal do projeto é esse, é de mostrar que tem alternativas e alguns tão seguindo [...]. (SANTOS, 2017).

Essas alternativas que a Profa. Sônia cita são relatadas tanto pela Profa. Lúcia quanto pelo prof. Célio e a Profa. Paula; eles afirmam que apesar de não terem estatísticas ou depoimentos registrados, eles conhecem casos de alunos e famílias que incorporaram muitos dos projetos desenvolvidos como fonte de renda extra, como por exemplo: confecção de tapetes, artesanato, produção de doces, temperos, entre outros produtos desenvolvidos no projeto. A Profa. Paula cita um exemplo específico de uma ex-aluna do projeto em 2014

[...] o projeto em 2014 a despertou para o trabalho com artesanato e hoje, morando em Patos de Minas, continua vendendo seus produtos. Sua mãe que tinha habilidade como confeitaria de bolo, passou a ganhar dinheiro com sua habilidade, inclusive promovendo cursos de confeitaria. Além desses casos específicos, os pais foram incentivados a levar seus produtos para vender em feirinhas, valorizando os produtos feitos na fazenda como queijos e doces por exemplo. (LISBOA, 2017).

O impacto causado pelo projeto na sociedade, na escola e no aluno, cumpre com os objetivos da educação empreendedora proposta por Dolabela (2003, 2008), que é o desenvolvimento de agentes de transformação para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, consciente e ética. Nesse sentido, o reitor do UNIPAM, Professor Milton Teixeira, destaca que:

[...] isso tem um reflexo na sociedade, isso tem um reflexo muito grande na comunidade, porque são pessoas que vão estar mais comprometidas, mais conscientes... o resultado não foi financeiro, ele foi de empreendedorismo social, foram de ações sociais que pudessem na verdade fazer a diferença pra aquela comunidade em que eles vivem, ou até mesmo para a cidade, então os alunos sabiam que não tinham resultados financeiros, mas ações sociais que pudessem melhorar a acessibilidade da escola dele, a plantar ali dentro um pomar, uma horta ou um parque ... então são projetos que... que na verdade tem uma pegada social [...]. (TEIXEIRA, 2017, p.5).

As percepções dos resultados do projeto podem ser captadas através da feira realizada no mês de novembro, no centro da cidade. A feira reúne todas as escolas participantes, porém não reúne todos os alunos: por questões de espaço do local e logística de transporte, a escola escolhe uma turma para participar da feira. Esse momento é quando qualquer pessoa da sociedade consegue ver o impacto do projeto. A Profa. Sônia descreve esse momento como sendo aquele em que os alunos se sentem empoderados, pertencentes à sociedade, por terem a oportunidade de utilizar um espaço que muitos nem conheciam. Ela relata que já teve casos de alunos, principalmente da zona rural, que nunca tinham ido ao centro da cidade para expor o seu trabalho. Assim, sente que cumpriu o seu trabalho, que fez a diferença e que está contribuindo para alguma coisa melhor (SANTOS, 2017). O prof. Célio destaca que inclusive a feira é um aprendizado, uma vez que os alunos têm que planejar quantas coisas irão vender, o número de pessoas que vão por ali passar, entre outros fatores.

A feira é também uma oportunidade para a comunidade, conforme já se destacou anteriormente, fortalecendo a cultura empreendedora.

Após a feira, desde o primeiro ano, tanto a SEMED quanto o UNIPAM realizam avaliações sobre o projeto. A SEMED solicita um *feedback* das escolas e dos professores participantes e o UNIPAM, dos alunos do curso de administração que desenvolveram as atividades juntamente com as escolas. Essa avaliação tem o objetivo de apontar os erros e acertos do projeto com o objetivo de melhorar as atividades desenvolvidas com os alunos, a realização da feira, corrigir erros e propor a introdução de novos métodos e atividades para desenvolver o tema. De acordo com Santos (2017), a SEMED faz uma avaliação na qual são avaliadas as barraquinhas, a organização, a iniciativa e a comunicação dos alunos, entre

outros itens, e a escola também recebe um relatório da SEMED sobre seu desempenho. As avaliações da escola e dos professores são analisadas e estudadas no Centro de Estudos Continuados (CEC) da SEMED. No UNIPAM, a avaliação dos alunos ocorre através de um relatório por meio do qual eles descrevem todo o processo de concepção do projeto até os resultados financeiros apurados na feira. Esse relatório é enviado ao Prof. Célio, que faz a análise e a repassa para a instituição bem como para a SEMED.

O objetivo da inserção da educação empreendedora no ensino fundamental da cidade de Patos de Minas, é conforme afirma o reitor do UNIPAM:

[...] levar o Empreendedorismo como uma forma de fazer acontecer pra essas pessoas o despertar, pelo menos despertar... as pessoas não precisam necessariamente ter um negócio pra serem empreendedoras, elas podem ser empreendedoras, como uma aluna na instituição dela... pode ser um professor empreendedor... pessoas que conseguem fazer a diferença naquela sociedade que vivem, naquele meio que elas vivem. (TEIXEIRA, 2017)

O empoderamento do aluno tão falado pelos autores citados nesta dissertação e pelos entrevistados, bem como o poder de transformação e outras características empreendedoras como iniciativa, competitividade, interação, colaboração, persistência, entre outras, podem ser vistos e percebidos na Feira Jovens Empreendedores. Ali consegue-se perceber o impacto gerado nos alunos e na comunidade pela disseminação da cultura empreendedora.

Dentro desse pensamento, o Prof. Célio destaca o protagonismo do projeto na cidade de Patos de Minas – MG, onde pode ser considerado não mais um projeto e sim “um programa institucionalizado” (LOPES, 2017). A criação da Lei Ordinária nº 7390, de 21 de outubro de 2016, que institui o ensino do empreendedorismo como tema transversal no currículo do ensino fundamental na rede municipal de ensino corrobora a fala do prof. Célio. Esse protagonismo é confirmado pelo fato de o projeto ter se tornado modelo para outros municípios, da região e do Estado. Em João Pinheiro - MG, por exemplo, uma cooperativa foi criada em decorrência do projeto. O projeto também está sendo apresentado como modelo a outras cidades e municípios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido a partir do desejo do autor de aprofundar os seus estudos na área da educação, mas, ao mesmo tempo, associados à sua formação acadêmica na área de Empreendedorismo. O objetivo central foi o entendimento, a compreensão e a descrição de como o projeto Jovens Empreendedores se desenvolve na cidade de Patos de Minas, Minas Gerais, a fim de avaliar o impacto causado por ele nessa região.

Para isso, foram consultados pensadores da área da educação, da educação empreendedora, das parcerias público-privadas e documentos relativos ao projeto “Jovens Empreendedores”. Para o enriquecimento e complementação da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas com os agentes coordenadores do projeto, parceiros e também pessoas que estão diretamente ligadas aos alunos, que são as diretoras das escolas participantes.

Foram realizadas entrevistas com a coordenadora do projeto na SEMED que tem contato direto com os professores que atuam no projeto dentro das escolas, o reitor do UNIPAM, que é um dos parceiros, o coordenador do projeto no UNIPAM, que desenvolve as oficinas sobre o tema nas escolas, juntamente com os alunos do curso de administração dessa instituição e as diretoras das escolas participantes, que tem contato direto com os alunos.

O trabalho atingiu o seu objetivo de conhecer e avaliar a educação empreendedora e como este novo método de ensino aplicado ao ensino fundamental funciona na cidade de Patos de Minas - MG, mostrando que ela é uma ferramenta pedagógica que pode ser utilizada de maneira interdisciplinar para complementar a grade curricular, formando um indivíduo mais preparado para transformar a sociedade em que ele está inserido de maneira mais justa e igualitária.

A educação está sempre em evolução, pois como elemento da sociedade ela está suscetível às mudanças, mas também as provoca. É preciso que ela esteja olhando para frente, preparando os indivíduos para os desafios do futuro, incentivando, estimulando e produzindo saberes para a evolução do indivíduo e da sociedade. Nesse contexto, a inserção do empreendedorismo no ensino fundamental é justificada, pois a educação empreendedora não trata da formação de empresários, mas sim do aprendizado de competências, habilidades e comportamentos que tornam os indivíduos agentes de transformação da sua realidade e do meio onde eles estão inseridos. Se o indivíduo entender que o melhor para ele e a sociedade em que ele faz parte é a criação de um negócio, que assim seja, mas o foco deve ser a utilização desses conhecimentos para a construção de uma sociedade melhor.

O projeto de educação empreendedora intitulado Jovens Empreendedores no município de Patos de Minas – MG nas escolas municipais, utilizando o empreendedorismo como tema transversal, cumpre a proposta de capacitar os alunos do ensino fundamental para as necessidades da sociedade atual e no mundo do trabalho que se apresenta cada vez mais competitivo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rosamaria Cales de (Org.). **Empreendedorismo na escola**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2009.
- ARAÚJO, Juliana. **Semed e Sebrae firmam parceria em novo Projeto “Jovem Empreendedor - Primeiros Passos”**. Disponível em: <<http://www.patos1.com.br/noticias/?n=5YJDezyvIE>>. Acesso em: 01 out. 2017.
- BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BEZERRA, Egle Pessoa. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.
- BOAS, Franz. **Primeiras manifestações culturais**. In: A mente do ser humano primitivo. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em 26 nov. 2017.
- BRASIL. **Medida Provisória n º746, de 23 de setembro de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set. 2016. Seção 1, edição extra.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARVALHO, Renato Gil Gomes. **Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria**. Revista Iberoamericana de Educación. Jun. 2006. Disponível em: <http://rieoei.org/1434.htm>. Acesso em 20 mar. 2017.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4 ed. Barueri, SP: Monole, 2012.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica**. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DO OESTE PAULISTA, 3. 2001, Marília. Anais... Marília: UNESP, 2001. p.1-3.
- DI PIETRO, Maria Silva Zanella. **Parcerias na administração pública**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

- DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luíza**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora Cultura, 2003.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6 ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2016.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista USP-Revista da Administração, São Paulo, v. 34, no 2, p. 05-28, abr./jun., 1999.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GIDDENS, Anthony. (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo:UNESP, 2007.
- GRECO, Simara M. de S. S. (cord.). **Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2017.
- HSM. **O “canvas” do modelo de negócios**. Disponível em: <<https://experience.hsm.com.br/posts/o-canvas-do-modelo-de-negocio>>. Acesso em: 27 de março de 2017
- IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em 18 nov. 2017.
- LISBOA, Paula da Silva. **Entrevista concedida a Cícero Luiz Fonseca**. Patos de Minas, 16 dez. 2017. A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “A” desta dissertação.
- LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Demerval (orgs.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.
- LOPES, Alice Cassimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOPES, Célio Adriano. **Entrevista concedida a Cícero Luiz Fonseca**. Patos de Minas, 10 jul. 2017. A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “B” desta dissertação.
- LOPES, Rose (org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Qu'est-ce que la culture?* In: Une théorie scientifique de la culture et autres essais. Paris: François Maspero Éditeur, 1968. (Trad.).

METCALF, Peter. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAIS, P. R. B. **Estruturação de produtos educacionais para a capacitação empreendedora de alunos da Educação Básica: um estudo de casos múltiplos**. 2009. 160f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Gesner; OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo de (Orgs.). **Parcerias público-privadas: experiências, desafios e propostas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

PATOS DE MINAS. **Projeto Jovem Empreendedor** - Empreendedorismo também se aprende na escola. Patos de Minas, 2014.

PATOS DE MINAS. **Lei Ordinária nº 7390**, de 21 de outubro de 2016. Patos de Minas, 2016.

PATOS DE MINAS. **Release programa jovens empreendedores 2017**. Patos de Minas, 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional**. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar (Org.). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERONI, Vera Maria Vinhal. **Redefinições no papel do estado: parcerias público/privadas e a gestão da educação**. Disponível em:
<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/123.pdf>. Acesso em 18 nov. 2017.

PERONII, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. **Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 407-428, abr./jun. 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. **O público e o privado na educação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/46859020/O_publico_e_o_privado_na_e_ducao_Peroni_Caetano_Retratos_da_Escola.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1533477305&Signature=KEW8tNGhVvA%2FnyN7OfioTPVkko0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_publico_e_o_privado_na_educacao_Projet.pdf.

Acesso em 20 nov. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espínola. **Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009 761 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0730108>>. Acesso em 20 nov. 2017.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Sônia Maria Porto. **Entrevista concedida a Cícero Luiz Fonseca.** Patos de Minas, 12 jul. 2017. A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “C” desta dissertação.

SCHMIDT, Carla Maria; DREHER, Marialva Tomio. **Cultura Empreendedora:** empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-14, jan.-mar. 2008.

SENADO FEDERAL. **Projeto de lei nº 772 de 2015.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124353>. Acesso em 02 mai. 2017.

SEBRAE. **Programa Nacional da Educação Empreendedora – PNEE.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacional-da-educacao-empreendedora-pnee,2c7cd24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD> . Acesso em 25 jun. 2017.

SEBRAE. **Educação empreendedora no ensino fundamental.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empreendedora-no-ensino-fundamental,0c54be061f736410VgnVCM2000003c74010aRCRD> . Acesso em 25 jun. 2017.

SEBRAE. Quem somos. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos. Acesso em: 16 dez. 2017.

SICOOB. **Programa Jovens Empreendedores é apresentado em Missão do Sebrae.** Disponível em: <http://www.sicoobcredicopa.com.br/a5cf0ac4-c6e3-460e-9ed4-57bbfc673741>. Acesso em 22 dez. 2017.

SILVA, Lúcia de Fátima Vieira e. **Entrevista concedida a Cícero Luiz Fonseca.** Patos de Minas, 06 dez 2017. A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “D” desta dissertação.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação:** diversidade, descolonização e redes. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TEIXEIRA, Milton roberto de Castro. **Entrevista concedida a Cícero Luiz Fonseca.** Patos de Minas, 11 jul. 2017. A entrevista encontra-se transcrita no apêndice “E” desta dissertação.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** Paris: UNESCO, 1996.

UNIPAM. Disponível em: <https://www.unipam.edu.br/>. Acesso em 27 nov. 2017.

UNIPAM. **Balço Social 2015/2016.** UNIPAM, 2017.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (RE) VISITANDO O PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS - MG**. Nesta pesquisa pretendemos **investigar e avaliar o projeto de disseminação da cultura empreendedora, Jovens Empreendedores, para os alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, na cidade de Patos de Minas - MG**. Os motivos que nos leva a estudar **são conhecer como surgiu, como funciona e avaliar o projeto jovens empreendedores**”.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O Sr. (a) **responderá a um questionário semiestruturado, contendo perguntas previamente elaboradas, porém de acordo com o desenrolar da entrevista podem surgir novos questionamentos**. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em: **manipulação das informações dos participantes, a possibilidade de exposição da identidade dos participantes, seja por imagem ou seja por identificação sonora**. A pesquisa contribuirá para **oportunizar a divulgação do projeto jovens empreendedores bem como suas ações e resultados, a pesquisa se mostra relevante visto que não foram encontrados em busca prévia nenhuma pesquisa que se proponha a avaliar o projeto**.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr. (a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a). O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“Educação empreendedora (re) visitando o projeto jovens empreendedores com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Patos de Minas - MG”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Patos de Minas, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Cícero Luiz Fonseca
Endereço: Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro Universitário
CEP: 38.055-500 / Uberaba – MG
Fone: (34) 99128-6380
E-mail: cicerofonseca@hotmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa
Campus Uberaba
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 38.055-500
Fone: 0800 34 3113 / E-mail: cep@uniube.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REITOR DO UNIPAM

Participante:

Documento de identificação (RG):

Título do Projeto: EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (RE) VISITANDO O PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS - MG.

Instituição: Universidade de Uberaba – Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado Acadêmico

Mestrando: Cícero Luiz Fonseca **Telefone:** (34) 9 9128-6380

Pesquisadora Responsável: LUCIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA BAR DE CARVALHO

E-mail: luciana.carvalho@uniube.br **Telefone:** (34) 3319-8811

CEP-UNIUBE: Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro: Universitário – CEP: 38055-500

Uberaba/MG

E-mail: cep@uniube.br

Telefone: (34)3319-8959

- 1- Como surgiu a parceria público-privada para realização deste projeto entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).
- 2- Você considera o conteúdo do projeto, mais especificamente o tema transversal Empreendedorismo, importante para o crescimento pessoal e profissional dos alunos participantes?
- 3- Você acha que o projeto proporciona o aprendizado necessário para que os jovens possam se desenvolver pessoal e profissionalmente, contribuindo para a sociedade em que estão inseridos?
- 4- Ao final do projeto é realizada a “Feira do Empreendedor”, no centro da cidade, aberta ao público. Descreva os seus sentimentos de participar da feira.
- 5- Qual a sua avaliação do projeto “Jovens Empreendedores”?

Patos de Minas, _____ de _____ de 2017.

(assinatura do participante)

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO PROJETO NO UNIPAM

Participante:

Documento de identificação (RG):

Título do Projeto: EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (RE) VISITANDO O PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS - MG.

Instituição: Universidade de Uberaba – Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado Acadêmico

Mestrando: Cícero Luiz Fonseca **Telefone:** (34) 9 9128-6380

Pesquisadora Responsável: LUCIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA BAR DE CARVALHO

E-mail: luciana.carvalho@uniube.br

Telefone: (34) 3319-8811

CEP-UNIUBE: Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro: Universitário – CEP: 38055-500
Uberaba/MG

E-mail: cep@uniube.br

Telefone: (34)3319-8959

- 1- Quais os objetivos do projeto “Jovens Empreendedores”?
- 2- Como o UNIPAM participa do projeto?
- 3- Você considera o conteúdo do projeto, mais especificamente o tema transversal Empreendedorismo, importante para o crescimento pessoal e profissional dos alunos participantes?
- 4- Ao final do projeto é realizada a “Feira do Empreendedor”, no centro da cidade, aberta ao público. Descreva os seus sentimentos de participar da feira.
- 5- Em quanto tempo o projeto é desenvolvido? Você considera esse tempo suficiente? Se não, quanto tempo você considera ideal? Por quê?
- 6- Você acha que o projeto proporciona o aprendizado necessário para que os jovens possam se desenvolver pessoal e profissionalmente, contribuindo para a sociedade em que estão inseridos?
- 7- Ao final do projeto “Jovens Empreendedores” vocês já fizeram algum tipo de avaliação sobre o projeto? Se sim, como se deu esta avaliação?
- 8- Alguma das ideias desenvolvidas no projeto já foram implementadas por algum aluno ou por algum responsável de aluno? Se sim, você pode relatar?
- 9- Qual a sua avaliação do projeto “Jovens Empreendedores”?

Patos de Minas, _____ de _____ de 2017.

(assinatura do participante)

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PROJETO NA SEMED

Participante:

Documento de identificação (RG):

Título do Projeto: EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (RE) VISITANDO O PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS - MG.

Instituição: Universidade de Uberaba – Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado Acadêmico

Mestrando: Cícero Luiz Fonseca **Telefone:** (34) 9 9128-6380

Pesquisadora Responsável: LUCIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA BAR DE CARVALHO

E-mail: luciana.carvalho@uniube.br

Telefone: (34) 3319-8811

CEP-UNIUBE: Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro: Universitário – CEP: 38055-500
Uberaba/MG

E-mail: cep@uniube.br

Telefone: (34)3319-8959

- 1- Quando e como surgiu a ideia da implementação deste projeto em Patos de Minas?
- 2- Quais os objetivos do projeto “Jovens Empreendedores”?
- 3- Como os docentes são preparados para trabalhar o tema Empreendedorismo?
- 4- Você considera os docentes preparados para desenvolver o conteúdo do projeto dentro de sala de aula, auxiliando os alunos e proporcionando um ambiente adequado de aprendizado?
- 5- Ao final do projeto é realizada a “Feira do Empreendedor”, no centro da cidade, aberta ao público. Descreva os seus sentimentos de ver os alunos expondo os projetos desenvolvidos.
- 6- Descreva a parceria de trabalho para realização deste projeto entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Escola participante do projeto.
- 7- Em quanto tempo o projeto é desenvolvido? Você considera esse tempo suficiente? Se não, quanto tempo você considera ideal? Por quê?
- 8- Você acha que o projeto proporciona o aprendizado necessário para que os jovens possam se desenvolver pessoal e profissionalmente, contribuindo para a sociedade em que estão inseridos?
- 9- Ao final do projeto “Jovens Empreendedores” vocês já fizeram algum tipo de avaliação sobre o projeto? Se sim, como se deu esta avaliação? E qual a sua avaliação do projeto “Jovens Empreendedores”?

10- Alguma das ideias desenvolvidas no projeto já foram implementadas por algum aluno ou por algum responsável de aluno? Se sim, você pode relatar?

Patos de Minas, _____ de _____ de 2017.

(assinatura do participante)

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS DIRETORAS DAS ESCOLAS

Participante:

Documento de identificação (RG):

Título do Projeto: EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (RE) VISITANDO O PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES COM ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS - MG.

Instituição: Universidade de Uberaba – Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado Acadêmico

Mestrando: Cícero Luiz Fonseca **Telefone:** (34) 9 9128-6380

Pesquisadora Responsável: LUCIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA BAR DE CARVALHO

E-mail: luciana.carvalho@uniube.br

Telefone: (34) 3319-8811

CEP-UNIUBE: Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro: Universitário – CEP: 38055-500
Uberaba/MG

E-mail: cep@uniube.br

Telefone: (34)3319-8959

- 1- Como é feito o desenvolvimento do conteúdo do projeto dentro da escola?
- 2- Você considera o conteúdo do projeto, mais especificamente o tema transversal Empreendedorismo, importante para o crescimento pessoal e profissional dos alunos participantes?
- 3- Ao final do projeto é realizada a “Feira do Empreendedor”, no centro da cidade, aberta ao público. Descreva os seus sentimentos de participar da feira.
- 4- Você considera o tempo de desenvolvimento do projeto suficiente? Se não, quanto tempo você considera ideal? Por quê?
- 5- Você observou alguma melhora no comportamento e rendimento escolar nos alunos que participaram do projeto?
- 6- Você acha que o projeto proporciona o aprendizado necessário para que os alunos possam se desenvolver pessoal e profissionalmente, contribuindo para a sociedade em que estão inseridos?
- 7- Ao final do projeto “Jovens Empreendedores” vocês já fizeram algum tipo de avaliação sobre o projeto? Se sim, como se deu esta avaliação?
- 8- Alguma das ideias desenvolvidas no projeto já foram implementadas por algum aluno ou por algum responsável de aluno? Se sim, você pode relatar?
- 9- Qual a sua avaliação do projeto “Jovens Empreendedores”?

Patos de Minas, _____ de _____ de 2017.

(assinatura do participante)

APÊNDICE F – FOTO DO AUTOR NA FEIRA DO EMPREENDEDOR DE 2016

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIUBE

UNIVERSIDADE DE UBERABA - 
UNIUBE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação empreendedora (re) visitando o projeto Jovens empreendedores com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Patos de Minas - MG

Pesquisador: Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66691317.8.0000.5145

Instituição Proponente: Sociedade Educacional Uberabense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.084.226

Apresentação do Projeto:

Trata-se da reapresentação de proposta de investigação que pretende tratar "da educação empreendedora e da implementação do Empreendedorismo como tema transversal, no currículo do ensino fundamental com alunos do 6º ao 9º ano da rede municipal de ensino de Patos de Minas – MG, através do projeto Jovens Empreendedores, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)". Acrescenta-se, ainda, que as "constantes reformulações do currículo e a necessidade dos alunos se capacitarem cada vez mais para o desenvolvimento pessoal e profissional incentivou a elaboração desta pesquisa".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

A pesquisa em questão tem o objetivo de investigar e avaliar o projeto de disseminação da cultura empreendedora, Jovens Empreendedores, para os alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, na cidade de Patos de Minas - MG.

Objetivo Secundário:

Estudar o projeto Jovens Empreendedores;

Investigar o conteúdo proposto;

Endereço: Av. Nere Sabino, 1801
Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3310-8811 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 2.004.226

Entender a capacitação dos docentes;
Compreender a capacitação dos monitores;
Pesquisar o porquê da Inserção de Empreendedorismo como tema transversal;
Analisar se há alguma avaliação do projeto;
Identificar o seu impacto nos alunos e na comunidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Com relação aos riscos, os proponentes dizem que havendo "entrevistas, os riscos possíveis se concentram na manipulação das informações dos entrevistados, a possibilidade de exposição da identidade dos participantes, seja por imagem ou seja por identificação sonora. Sendo assim, serão tomados todos os cuidados e precauções necessários quanto à manipulação e armazenamento de todo o material coletado pelo período de no mínimo 5 anos. Além disso, os entrevistados poderão, a qualquer tempo antes da finalização e defesa da dissertação, desistir da sua participação. Todos os termos de consentimento e outros que se façam necessários serão devidamente assinados".

Benefícios:

Quanto aos benefícios advindos da investigação, prevê-se que poderá "oportunizar a divulgação do projeto Jovens empreendedores bem como suas ações e resultados, a pesquisa se mostra relevante visto que não foram encontrados em busca prévia nenhuma pesquisa que se proponha a avaliar o projeto".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pretende-se utilizar pesquisa bibliográfica e documental para "analisar, interpretar e compreender as origens e organização do projeto". Também será usado o estudo de caso: "utilizando a abordagem quali-quantitativa, será feita uma entrevista com questionário semiestruturado com indivíduos que estiveram envolvidos diretamente com o projeto. As entrevistas serão realizadas com os profissionais da Secretaria Municipal de Educação, profissionais responsáveis pelo projeto do Centro universitário de Patos de Minas - UNIPAM, com diretores das escolas onde foi implementado o projeto, alunos e seus responsáveis, que participaram e vivenciaram o projeto, na cidade de Patos de Minas - MG, a fim de abordar a implementação, desenvolvimento e avaliação do projeto". Os dados serão analisados através da transcrição das respostas dos questionários das entrevistas. Espera-se que as informações colhidas nas entrevistas "complementem os dados coletados nas pesquisas bibliográfica e documental e venham esclarecer qualquer dúvida e ajudar a avaliar qualitativamente o projeto". Foram apresentados os critérios de seleção dos sujeitos envolvidos.

Endereço: Av. Nere Sabino, 1801
Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3319-8811 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer 2.004.226

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados, a folha de rosto, assinada pelo Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da UNIUBE; TCLE; TCLE para menores de idade; Termo de Assentimento Livre e Esclarecido; as Informações Básicas do Projeto; o roteiro de entrevista; o projeto de pesquisa; autorização da Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas para a realização da pesquisa nas escolas municipais; autorizações do UNIPAM (Reitor e Diretor de Graduação) para a realização da pesquisa naquela instituição.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O relator é de parecer favorável à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em 25/05/2017, a plenária votou de acordo com o relator, pela aprovação da proposta. O CEP-UNIUBE lembra o proponente de seu compromisso com aquilo que estabelece a Resolução 466/2012, especialmente no que tange à entrega do relatório ao final do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_877662.pdf	02/05/2017 11:16:22		Aceito
Outros	AutorizacaoSEMED.JPG	02/05/2017 10:57:35	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Aceito
Outros	AutorizacaoUnipam2.JPG	02/05/2017 10:57:10	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Aceito
Outros	AutorizacaoUnipam1.JPG	02/05/2017 10:56:18	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoCEPassinada.pdf	29/03/2017 18:21:58	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Aceito
Outros	Roteirodeentrevista.docx	14/03/2017 22:05:07	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TALEMENORES.docx	14/03/2017 22:04:22	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de	Aceito

Endereço: Av. Nere Sabino, 1601
 Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
 UF: MG Município: LIBERABA
 Telefone: (34)3310-8811 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

UNIVERSIDADE DE UBERABA -
UNIUBE



Continuação do Parecer: 2.094.226

Justificativa de Ausência	TALEMENORES.docx	14/03/2017 22:04:22	Carvalho	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMENORES.docx	14/03/2017 22:04:08	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMAlores.docx	14/03/2017 22:03:54	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaCiceroLulzFonseca.docx	14/03/2017 22:03:40	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 26 de Maio de 2017

Assinado por:
Geraldo Thedel Junior
(Coordenador)

Endereço: Av. Nere Sabino, 1801
Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3319-8811 Fax: (34)3314-8010 E-mail: cep@uniube.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DA SEMED PATOS DE MINAS – MG



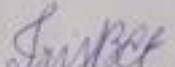
Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Educação
Rua José Pascal, nº 207 – Santo Antônio - CEP: 38700 - 560
Telefone: (34). 3822.9661
E-mail: semed@patosdeminas.mg.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE MESTRADO

Patos de Minas, 26 de abril de 2017.

Autorizamos para realização de pesquisa de mestrado em sua escola os pesquisadores: Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho RG:M5540237, Pesquisadora responsável/Orientadora e **Cícero Luiz Fonseca** RG: MG13113917, Pesquisador/Mestrando em Educação, da instituição Universidade de Uberaba – Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado Acadêmico, a aplicar a pesquisa intitulada: Educação Empreendedora (re)visitando o Projeto Jovens Empreendedores com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Patos de Minas - MG, com funcionários da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e nas Escolas Municipais: Prof. Jaques Correa da Costa; Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues, Prof. Aristides Mensória e Cônego Getúlio, podendo para isto abordar funcionários destas instituições, alunos e responsáveis pelos alunos; **em conformidade e agendamento de dias e horários com a direção da escola.**

Atenciosamente,


Iris Barcelos Costa
Diretora Pedagógica

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO UNIPAM



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Autorizo os pesquisadores Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho RG: M5540237, Pesquisadora responsável/Orientadora e Cícero Luiz Fonseca RG: MG13113917, Pesquisador/Mestrando em Educação, da instituição Universidade de Uberaba – Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado Acadêmico, aplicar a pesquisa intitulada: Educação empreendedora (re) visitando o projeto jovens empreendedores com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Patos de Minas - MG, com o objetivo investigar e avaliar o projeto de disseminação da cultura empreendedora, Jovens Empreendedores, para os alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, na cidade de Patos de Minas – MG. Este projeto é uma parceria Público-Privada entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) e o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Utilizando as abordagens qualitativas e quantitativas, a metodologia de pesquisa irá utilizar as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa contribuirá para oportunizar a divulgação do projeto Jovens Empreendedores bem como suas ações e resultados, a pesquisa se mostra relevante visto que não foram encontrados em busca prévia nenhuma pesquisa que se proponha a avaliar o projeto. Para este fim, serão realizadas entrevistas com o Reitor do UNIPAM Prof. Me. Milton Roberto de Castro Teixeira e com os professores da instituição envolvidos no projeto.

Patos de Minas, 26 de abril de 2017.

Prof. Me. Milton Roberto de Castro Teixeira
Reitor/UNIPAM

UNIPAM - Centro Universitário de Patos de Minas
Rua Major Gate, 808 - Calçadão - Patos de Minas/MG - Cep: 38702-054
Tel: (34) 3823-0300 - Lat: -18.574679, Long: -46.513839



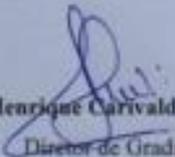
**ANEXO D – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA COM O PROFESSOR CÉLIO
ADRIANO LOPES DO UNIPAM**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS - UNIPAM
Recredenciado pelo Decreto Estadual de 09/12/2004
MANTIDO PELA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS – FEPAM

AUTORIZAÇÃO

Autorizo **Cícero Luiz Fonseca**, aluno do programa de pós-graduação em educação (mestrado) da UNIUBE, a entrevistar o professor **Célio Adriano Lopes**, docente do UNIPAM, como parte integrante de sua pesquisa, intitulada "Educação empreendedora (re) visitando o projeto Jovens Empreendedores com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG".

Patos de Minas/MG, 28 de abril de 2017.


Prof. Me. Henrique Carivaldo de Miranda Neto
Diretor de Graduação
UNIPAM
Centro Universitário de Patos de Minas
Prof. Me. Henrique C. M. Neto
Diretor de Graduação

ANEXO E – LEI ° 7390, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

24/04/2017

Lei Ordinária 7390 2016 de Patos de Minas MG



LEI Nº 7390, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

Institui o Empreendedorismo como tema transversal do currículo de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino, tendo por foco a promoção da Cultura Empreendedora.

O Povo do Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e, eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Empreendedorismo como tema transversal a ser desenvolvido no ensino fundamental das instituições que integram a Rede Municipal de Ensino.

§ 1º O tema Empreendedorismo, de caráter transversal, deverá permear conteúdos e práticas pedagógicas cotidianas do ensino fundamental, em Escolas Municipais, tendo por finalidade a promoção de uma Cultura Empreendedora.

§ 2º Empreendedorismo é o aprendizado pessoal que, impulsionado por motivação e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projeto de vida.

§ 3º Cultura Empreendedora é a ação educativa de instituições de ensino, tendo em vista o estímulo à internalização de comportamentos e atitudes empreendedoras de alunos e professores.

Art. 2º O Empreendedorismo, como tema transversal, deverá constar no Projeto Político Pedagógico das instituições e também no Plano Escolar dos professores em exercício no ensino fundamental.

Art. 3º As ações pedagógicas relacionadas ao tema deverão ter por objetivo inspirar os estudantes; proporcionar novas oportunidades; capacitar para a resolução de problemas e criação de valores; causar impacto em suas vidas, na instituição de ensino e na comunidade.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação oferecer apoio e orientações necessárias às instituições escolares para a implementação de ações pedagógicas condizentes com esta proposta devendo:

I - promover e disseminar a Cultura Empreendedora nas instituições da rede de ensino municipal, com oferta de Ensino Fundamental;

II - proporcionar as condições necessárias para a realização, pelas escolas, de ações diversas relacionadas à proposta de desenvolvimento da cultura empreendedora;

III - viabilizar a formação de gestores, professores e supervisores da Rede Municipal de Ensino para o desenvolvimento de práticas empreendedoras;

IV - acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelas equipes escolares.

Art. 3º Deverá ser instituído, por meio de Portaria, o Comitê Municipal para a Educação Empreendedora, com função estratégica de planejamento e monitoramento das ações pedagógicas relacionadas ao tema Empreendedorismo.

§ 1º O referido Comitê deverá ser composto por três membros representantes dos educadores da rede municipal de ensino e dois membros de cada uma das instituições parceiras, tendo vigência de dois anos.

§ 2º Os membros que irão compor o Comitê Municipal para a Educação Empreendedora serão indicados pelas lideranças, tanto da rede municipal de ensino como das instituições parceiras.

§ 3º O Comitê Municipal para Educação Empreendedora se responsabilizará pela definição anual de diretrizes e metodologia de trabalho.

§ 4º O presidente do Comitê Municipal para a Educação Empreendedora ficará lotado na Secretaria Municipal de Educação, onde irá exercer a função de Coordenador de Área.

Art. 8º Para o desenvolvimento da Cultura Empreendedora, as escolas da Rede Municipal de Ensino deverão atender aos seguintes princípios:

I - planejar e desenvolver ações, como elaboração de planos de negócios, entrevistas e pesquisas, projetos interdisciplinares, feiras, entre outras, que desenvolvam competências empreendedoras nos alunos;

II - estimular a autonomia e o protagonismo dos alunos, para o desenvolvimento de uma postura empreendedora frente à comunidade e ao mercado de trabalho;

III - aproximar a comunidade do ambiente escolar ao disseminar e multiplicar conhecimentos para o desenvolvimento econômico e social da região;

IV - possibilitar que o próprio aluno transfira as práticas empreendedoras aprendidas para a família, apresentando novas alternativas para geração de renda;

V - estimular o desenvolvimento profissional dos professores, bem como seu crescimento como sujeitos sociais.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, poderão ser celebrados convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil organizada pública ou privada.

Parágrafo único. Os convênios e parcerias referentes a este artigo poderão assumir a forma de fortalecimento de capacitação de aluno e professores, concessão de bolsas de estudo, publicações de materiais didático-pedagógicos e outras ações que o poder público municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

24/04/2017

Lei Ordinária 7390/2016 de Patos de Minas MG

Art. 8º As despesas oriundas da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 21 de outubro de 2016, 128ª ano da República e 148ª ano do Município.

Pedro Lucas Rodrigues
Prefeito Municipal

Data de Inscrição no Sistema (LeiMunicipal): 26/10/2016